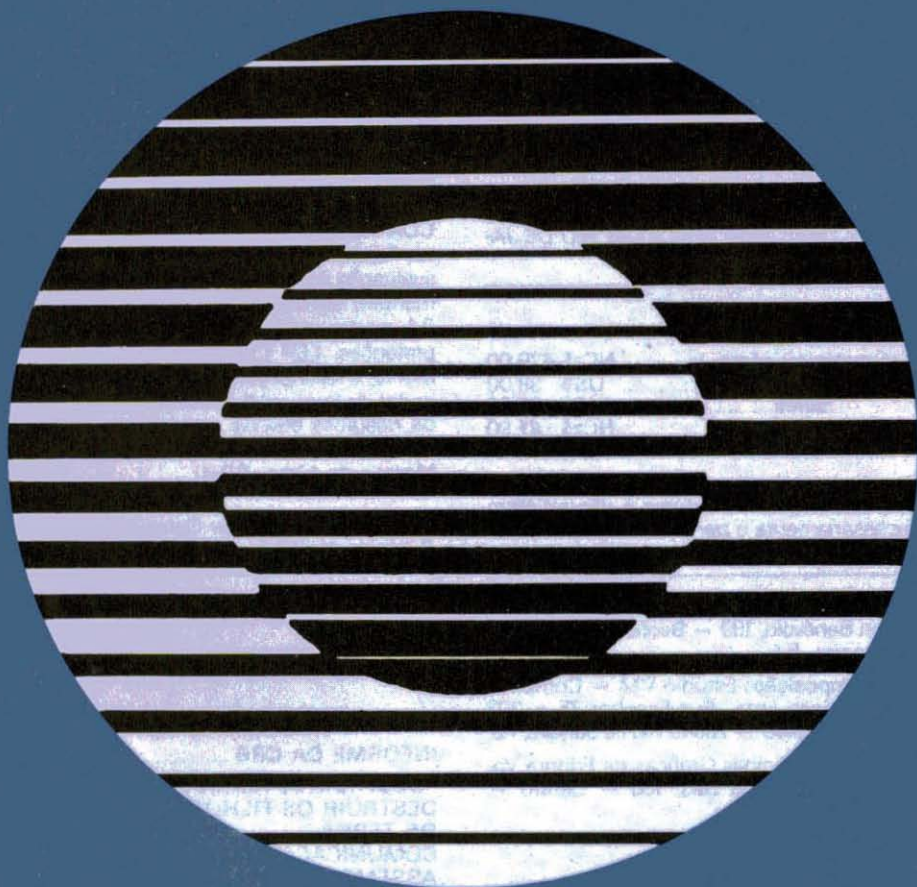


convergencia

OUT — 1990 — ANO XXV — Nº 236



-
- **"DESTRUIR A TERRA É DESTRUIR OS FILHOS DA TERRA"** — Dom Erwin Krautler — página 452
 - **PROJETO MISSÃO ALÉM FRONTEIRAS**
Dom Ivo Lorscheiter — página 462
-

CONVERGÊNCIA

Revista da
Conferência
dos Religiosos
do Brasil: CRB



Diretor-Responsável:

Pe. Edênio Valle, SVD

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima, SDB

(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:

Pe. Ático Fassini, MS

Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brunelli, CF

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1990

Brasil, taxa única:

terrestre ou aérea NCz\$ 429,00

Exterior: marítima US\$ 38,00

aérea US\$ 48,00

Número avulso NCz\$ 42,90

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivre S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfca — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa Capa

Sinaliza, em instantânea percepção visual ilusória, algo como uma tela de TV, este prodigioso projetor de cenários fugidios, incapaz, porém, de revelar a realidade por trás da rapidez da luz em movimento e da imagem em ação. A TV domina o nosso cotidiano e reflete, em nossas estruturas interiores, o conjunto da trama de nosso tempo. Cada vez **MAIS** se pensa **MENOS** sem a **IMAGEM** como fator constituinte de sua expressão ou de seu processo de criação. Hoje a dinâmica telemática, com horizontes inimagináveis, ameaça aposentar o papel como suporte fi-

sico informacional. A sociedade informatizada tornou obsoletos os parâmetros unidimensionais da linha e bidimensionais da superfície. Ela quer o ESPAÇO e, por isso, o código agora é outro: antena parabólica, disquete, fotograma de vídeo, 'frame', inteligência artificial, laboratório holográfico, 'laser', osciloscópio, satélite, terminal de acesso remoto, 'transponder', etc. Utilizando avanços tecnológicos eletroacústicos, sonha-se com o som da cor e a cor do som sintetizados eletronicamente com força icônica e semântica. É no vídeo, se alega, e não na PÁGINA que a palavra, num 'clone' sincrético, se realiza plenamente. /// A Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) dispõe de uma retórica como estratégia de argumentação que busca convencer quanto à credibilidade de sua mensagem. **CONVERGÊNCIA** é o meio de que se utiliza. Aqui o meio já é a mensagem. SÓ, a visualização ilude, cria fantasia conceitual e nos mantém na casca de nós mesmos. A LEITURA, porém, propicia o retorno e novas interpretações. LER **CONVERGÊNCIA**, mensalmente, é fértil plataforma de novas possibilidades de iluminação dos mistérios que a Vida Religiosa envolve pelo lampejo de uma observação inédita proveniente da fé (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL	449
INFORME DA CRB	450
"DESTRUIR A TERRA É DESTRUIR OS FILHOS DA TERRA." COMUNICAÇÃO À 28ª ASSEMBLÉIA DA CNBB Dom Erwin Krautler	452
PROJETO MISSÃO ALÉM FRONTEIRAS. IGREJA DO BRASIL CHEGOU A TUA HORA MISSIONÁRIA Dom Ivó Lorscheiter	462
RELATÓRIO DA VIAGEM MISSIONÁRIA À ÁFRICA. 1ª PARTE	472
FÉ E ETHOS CULTURAL Frei Bernardino Leers, OFM	497

A consciência da dimensão missionária da Igreja está crescendo lenta mas vigorosamente no Brasil. A missão é tarefa da Igreja toda.

Missão é envio. É anúncio da Boa Nova. É apelo para a construção do Reino. Missão é gesto de solidariedade na partilha da fé e da esperança na comunhão que o Deus Trindade suscita no meio de seu Povo. Gesto solidário para a transformação do mundo iníquo em comunidade humana justa e fraterna.

Religiosas e Religiosos, às centenas, impelidos pelo Espírito que animou o Cristo em sua Missão, deslocaram-se, nos últimos anos, do sul para o norte, do leste para o oeste, do centro para a periferia, atrás do povo para servi-lo e com ele moldar o Povo de Deus segundo o Evangelho do Senhor. É a missão em ato. É o concreto da fé. Esse ímpeto missionário tornou a Vida Religiosa presente e atuante junto ao povo, dela fazendo privilegiada expressão da opção pelos pobres. Muitas situações missionárias assim foram assumidas dentro da realidade brasileira.

Hoje, esse impulso vai além, rompendo os limites de nosso país, seguindo as pegadas dos poucos pioneiros que há mais anos deixaram o Brasil para servir, como missionários, a outros povos. Abre-se mais e mais o ca-

minho da missão "ad gentes". Sente-se que vem chegando a hora missionária de nossa Igreja, para que, também por meio de nós, o Evangelho possa chegar às extremidades da terra. PUEBLA já a havia anunciado. E a CNBB, em seu documento nº 40, "Igreja: Comunhão e Missão", retoma o refrão.

Essa hora missionária está se fazendo pela força de vida do Espírito. Ela está no gesto de entrega de nossos irmãos e irmãs brasileiros (Sacerdotes, Religiosas, Religiosos, Leigos e Leigas) à causa do Evangelho junto aos povos da Ásia, da América Latina e sobretudo da África. Ela se manifestou na Visita Missionária à África, pela Comitativa Oficial da CNBB e CRB no início de 1990. Manifesta-se no Projeto IGREJAS SOLIDÁRIAS SUL III-MOÇAMBIQUE, assumido recentemente pelos Bispos e Superiores Maiores do Rio Grande do Sul. Manifesta-se também e principalmente no Projeto MISSÃO ALÉM FRONTEIRAS que a CNBB, com o apoio de todos os organismos missionários da Igreja no Brasil, aos poucos delineia, sob a ação do Espírito do Pentecostes.

Está soando, pois, a hora de "darmos de nossa pobreza" para a todos enriquecer-nos com a vida graciosamente libertadora que Deus a todos quer conceder.

Pe. Atico Fassini, MS

I N F O R M E

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA PRESIDÊNCIA DA CNBB COM A DIRETORIA NACIONAL DA CRB

Às 8hs30 de 29 de julho de 1990, na sede da CNBB, em Brasília, teve início a reunião conjunta da Presidência da CNBB com a Diretoria Nacional da CRB. Presentes: Dom Paulo Ponte, Presidente em exercício da CNBB, Dom Celso de Queirós e Dom Serafim Fernandes, respectivamente Secretário Geral e Vice-Presidente em exercício da CNBB, Pe. Cristóbal, Sub-Secretário Geral, e, pela CRB, Irmã Terezinha Pegoraro CSJ, Ir. Antônio Carlos M. Ramalho de Azevedo FMS, Irmã Maria de Lourdes Gascho CF, Pe. Décio Zandonade SDB, Irmã Beatriz Helena de Barros Leite FMA, Pe. Isidro Augusto Perin MS, Irmã Maria do Carmo Costa PGap, Pe. Fábio Bertoli SJ, da Diretoria Nacional e Pe. Atico Fassini MS, Assessor Nacional. Antes da reunião houve a celebração da Eucaristia, na Capela da CNBB. Na reunião foram abordados os seguintes itens:

1) Estudo conjunto do documento da CRIS, ORIENTAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO NOS INSTITUTOS RELIGIOSOS. Irmã Maria do Carmo apresentou uma síntese do documento, desenvolvendo-

se a seguir, um frutuoso diálogo a respeito.

2) Como agilizar o estudo do documento da 28ª Assembléia Geral da CNBB. EDUCAÇÃO: EXIGÊNCIAS CRISTÃS. Dom Serafim relata o que a CNBB, através do setor Educação, da Linha 6, pretende realizar nesse sentido. Agradece à CRB pela colaboração prestada na elaboração desse texto. Pede que CRB e AEC promovam o estudo desse documento. Trouxe também informações sobre a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobre a questão do Ensino Religioso nas Escolas, sobre a Campanha de Alfabetização e finalmente sobre a situação geral da educação no Brasil no presente momento. Irmã Terezinha enfatiza a questão da organização da Pastoral da Educação pela CNBB. Dom Serafim afirma que o estudo do documento acima será excelente oportunidade para se pensar nesse tipo de Pastoral também. A CNBB por sua vez, está tomando algumas providências nessa área. Quanto à participação da Igreja no Brasil numa eventual Campanha de Alfabetização, a Diretoria Nacional da CRB crê que, em nome da opção pelos pobres, algo deva ser feito. Irmã Terezinha acrescentou, sempre em nome da Diretoria da CRB, que se faz oportuna a criação de entidade específica, que congregue as Escolas Católicas ou Confessionais para a defesa dos pró-

prios interesses. A essa idéia a Presidência da CNBB presta integral apoio.

3) Coleção TUA PALAVRA É VIDA, da CRB: por ocasião do lançamento do 1º volume desta coleção, intitulado A LEITURA ORANTE DA BÍBLIA, a CRB, através da palavra de Pe. Isidro apresentou à Presidência da CNBB e à sua Comissão Episcopal de Doutrina um especial agradecimento pelo apoio sempre demonstrado. A Dom Celso e a Dom Aloysio Loscheider agradece pelo Imprimatur e pelo Prefácio dados. Dom Paulo solicita à CRB que envie imediatamente um exemplar do livro a todos os Bispos do Brasil, ao CELAM e à SANTA SÉ, com uma carta de apresentação.

4) Como agilizar o Projeto IGREJA ALÉM FRONTEIRAS: Pe. Décio introduz o assunto, sublinhando a idéia de que a CNBB, com o apoio de todos os outros organismos empenhados na Missão, organize, com o tempo, um Centro Missionário que coordene os estudos a respeito e as atividades missionárias da Igreja no Brasil, tanto interna quanto externamente. Pe. Atico sugeriu que a CNBB, pela Linha 2, promova oportuna-

mente um encontro de todos os responsáveis pelos diferentes organismos missionários, para um melhor discernimento sobre essa questão.

5) A questão dos estudos teológicos para Religiosos(as) em Recife: em virtude da ausência de Pe. Edênio Valle SVD, Presidente da CRB, a abordagem desse item da pauta ficou prejudicada. No entanto, alguns informes a respeito foram apresentados.

6) A questão da saúde hospitalar: foram colocadas algumas preocupações a esse respeito, trazidas pela CRB, no sentido de se encaminhar uma adequada organização da Pastoral da Saúde a nível de Igreja no Brasil, a partir da CNBB.

7) Comunicações: diferentes comunicações, de interesse geral, foram trazidas pelos presentes.

Às 15 hs, nada mais havendo a tratar, Dom Paulo agradece a todos pelo diálogo havido, e encerra a reunião.

BRASÍLIA, 29 de junho de 1990.

Pe. Atico Fassini MS
Secretário ad hoc

Morte: chama que se acende

Bíblia — “Quem perder a sua vida por causa de mim, esse a salvará”, Lc 9, 24.

Leitor — Jesus é a revelação definitiva de Deus. É o Messias. E o prova morrendo e vencendo a morte e comunicando uma vida sem fim pela ressurreição. Ele morre e não salva ninguém da morte. Mas a todos salva na morte porque ressuscita. Por isso, crer que a morte não é uma vida que se apaga mas uma chama que se acende (Pe. Marcos de Lima, SDB).

«DESTRUIR A TERRA É DESTRUIR OS FILHOS DA TERRA»

COMUNICAÇÃO
À 28.^a ASSEMBLÉIA DA CNBB

+ **Erwin Krautler**
Bispo do Xingu
Presidente do CIMI

Em suas viagens para Lima, Andrés Nuningo, líder indígena do Conselho Aguaruna e Huambisa e prefeito do Distrito do Rio Santiago, costumava fotografar as pessoas que via nas ruas da Capital Peruana se alimentando do lixo. Voltando à sua comunidade, mostrava os retratos e falava a seu povo: "Os que hoje se alimentam do lixo, tempos atrás pertenciam à comunidade indígena..."

(1). O Huambisa que cata lixo em Lima, em Manaus pode ser um Tucano, em Salvador um Pataxó, em São Paulo um Guarani, em Porto Alegre um Kaingang.

Sem dúvida, a realidade atual das nossas cidades e mesmo do campo não apresenta um futuro desejável ou oferece um sentido promissor aos povos indígenas e a proposta, aberta ou veladamente defendida, de integrá-los na chamada "sociedade nacional" para "arrancá-los de seu secular atraso" e libertá-los "do cativeiro de seu primitivismo" não pode ser o "fi-

nal feliz" de uma política indigenista responsável e muito menos um objetivo pastoral. A vida dos índios como povos distintos da sociedade majoritária, dentro do mesmo Estado Brasileiro, com cidadania plena como indivíduos e autodeterminados como povos, permanece como desafio político para o Governo recém-iniciado e exige o empenho de toda a sociedade. A vida está em jogo e quando se trata da vida ou morte de povos inteiros, a solidariedade deixa de ser um assunto interno. A solidariedade não conhece limites nem fronteiras.

Queremos responder a este desafio a partir de nossa opção de fé e do trabalho missionário. Conforme as diferentes situações históricas dos povos indígenas procuramos caminhos específicos de presença, de diálogo e anúncio da mensagem evangélica. Ao lutarmos por um caminho diferenciado para os povos indígenas, lutamos também por um caminho al-

ternativo para a sociedade não-indígena. Não só a vida dos índios corre perigo. A vida ameaçada dos povos indígenas faz-nos hoje refletir sobre as ameaças que pairam em cima de todos nós e das futuras gerações. Descobrimos a conexão que existe entre o desrespeito à natureza, a depredação do meio-ambiente e a destruição da vida humana, física e cultural. A extinção de um povo é consequência direta da devastação e de danos irreversíveis causados em seu habitat. Deus confiou ao homem sua criação como lar, mas o homem prevaricou a obra do Criador degradando-a a um depósito a ser saqueado em tresloucada corrida às prateleiras para satisfazer sua ganância e ambição sem deixar nada a quem vier depois, a não ser a "abominação da desolação" (2).

Talvez alguém de nossa sociedade deva percorrer o caminho inverso do líder Huambisa e mostrar a seus filhos fotografias de uma aldeia indígena e advertir seus contemporâneos que tão orgulhosamente se autocalificam de "civilizados": "Vejam só as consequências de nosso progresso e desenvolvimento! O que outrora era de todos — rios de água cristalina, terras férteis, selvas exuberantes, a polifonia dos pássaros, o ar saudável e puro e sobretudo o sorriso aberto e espontâneo que tanto caracteriza as aldeias indígenas — tudo isso agora já é privilégio de cada vez menos gente!"

1 — A questão indígena e as eleições: a solução adiada

Os últimos sete meses foram um marco na história do Brasil. As elei-

ções para Presidente da República, depois de quase trinta anos de abstenção involuntária, mobilizaram o povo, possibilitaram a explicitação de diversos projetos políticos e revivificaram o civismo. Dentro das limitações circunstanciais, o povo debateu as idéias, participou da campanha e elegeu o novo Presidente do Brasil.

Por outro lado, assistimos à patética retirada do Governo em final de mandato. Seguro da impunidade, às vésperas da posse do novo mandatário, o Governo desobrigou-se de qualquer esforço para redimir o descaso para com a Constituição Federal desde que foi solenemente promulgada.

Neste clima de fim de Governo, em meio à insensibilidade que marcou a gestão de José Sarney e com o envolvimento da sociedade nas eleições, os povos indígenas ficaram sem atenção aos seus problemas, cuja solução ficou legada como responsabilidade para o Governo que entrou.

A população total dos povos indígenas no Brasil não constitui um eleitorado significativo. Portanto, apenas os candidatos que consideravam a dimensão ética da questão indígena, incluíram alguma proposta em seus programas. Num balanço feito pelo "Jornal de Opinião" de Belo Horizonte (3), a maioria dos candidatos com chances de chegar ao segundo turno pronunciou-se apenas com generalidades sobre o assunto. No horário gratuito de propaganda eleitoral, os índios sequer foram mencionados.

Em sua VIII Assembléia Geral, o CIMI aprovou o documento "Por

uma nova política indigenista — Programa mínimo aos candidatos à Presidência da República” (4) que foi enviado a todos os candidatos. Infelizmente, porém, não houve um debate sobre a situação dos povos indígenas que se agravou notavelmente durante a “Nova República”.

O caso dos YANOMAMI e o dos URUEU-WAU-WAU são dramáticos paradigmas da atuação governamental nos últimos meses antes da posse do Presidente eleito. No primeiro, após afirmar, em cadeia de rádio e televisão, que cumpriria a ordem judicial de retirar os garimpeiros que tem causado aos Yanomami a morte de aproximadamente 15% de sua população, nos últimos dois anos — o Presidente Sarney voltou atrás e assinou decretos que mantêm os garimpeiros dentro da área interdita pela Justiça. No caso dos Urueu-Wau-Wau, cujas terras foram delimitadas por pressão de bancos multilaterais que financiam o Polonoroeste, o Presidente Sarney, às vésperas de passar o cargo, editou decreto que anula a delimitação anterior, mantendo a terra dos índios apenas interdita para novos estudos. Tudo isso, para atender aos interesses de um deputado estadual, pretendo proprietário de seringais localizados na região (5).

Esta violência não se limitou aos últimos meses. Na realidade, é a tônica de todo o mandato do Presidente Sarney. O CIMI fez uma avaliação da política indigenista do Governo Sarney concluindo que se tratou de “estratégias premeditadas para acelerar a desintegração das estruturas sócio-culturais dos povos indígenas” (6).

De fato, foram diminuídos os recursos para os serviços assistenciais a cargo da FUNAI, gerando um quadro de carência que tornou os índios presa fácil de madeireiras, empresários de garimpo, mineradoras e outros. A corrupção na FUNAI tornou-se pública quando foram divulgados os contratos ilegais de exploração de madeira em áreas indígenas — depois sustados por decisão judicial — assinados pelo próprio presidente do órgão. Tais manobras levaram ministros do Tribunal de Contas da União até a propor a extinção da FUNAI (7). A imprensa também divulgou o envolvimento de policiais e militares na exploração ilegal de minérios na terra Yanomami (8). É de veras ilustrativo o balanço da situação jurídica das terras indígenas, feito com base em documentos da própria FUNAI. Considerando as propostas de demarcação do órgão oficial, o Governo Sarney, ao estabelecer os limites das 59 áreas delimitadas até o final de 1989, reduziu as terras indígenas em 42,5%. No Alto Rio Negro, a redução foi de 59,5% e dos Yanomami subtraíram-se 76,4% das terras. Ambos os casos situam-se na área de atuação prioritária do Projeto Calha Norte.

O caráter etnocida desta política atendeu não só aos interesses econômicos e eleitorais, mas principalmente às diretrizes da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, depois Secretaria de Assessoramento para a Defesa Nacional (SADEN). Para a SADEN, os índios eram uma ameaça permanente à soberania nacional e para neutralizar tal ameaça julgou-se como medida

mais adequada retirar aos índios as condições para manterem-se como povos diferenciados.

É este o legado recebido pelo Presidente Fernando Collor de Mello no dia de sua posse. Urgem medidas enérgicas para corrigir as distorções do passado. Entretanto, sobre a política indigenista quase nada foi dito até agora, nem feito. A FUNAI foi deslocada do Ministério do Interior para o Ministério da Justiça — em princípio, uma atitude correta, mas vazia de maiores conteúdos. Preocupa-nos o fato de que o Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, tenha servido docilmente aos interesses das mineradoras privadas e da Secretaria-Geral do extinto Conselho de Segurança Nacional, quando era relator na Constituinte (9).

O Presidente Collor substituiu também o Governador de Roraima, Romero Jucá Filho, conhecido como inimigo declarado dos índios desde quando foi presidente da FUNAI. Mas o novo governador nomeado, Rubens Villar, manifestou-se favorável à revisão dos limites da terra dos Yanomami, para permitir a permanência dos garimpeiros (10).

Enfim, a tendência liberalizante proposta para a economia cria também fundados receios de que se intensifique a corrida às terras e riquezas dos índios, o que significaria a continuação dos conflitos e da violência.

II — A destruição do meio-ambiente

Não somente os índios e suas terras são atingidos por todo tipo de

violência. O meio-ambiente todo, especialmente na Amazônia, continua sendo agredido violentamente. Nossos rios estão poluídos pelo mercúrio a partir dos garimpos. Calcula-se que mais de 140 mil quilos de mercúrio são jogados anualmente nos rios da Amazônia. Põe-se já a curto prazo uma terrível ameaça para a saúde humana. A cada ano, milhares de quilômetros quadrados de floresta tropical são incinerados. As queimadas transformam esta região, em determinadas épocas do ano, numa imensa fogueira (11). Em Rondônia estima-se que se queimava, a cada minuto, uma extensão de floresta equivalente a um campo de futebol (12). O quadro de destruição da Amazônia, quer pelo simples desmatamento e exploração madeireira, quer pelas queimadas, é fruto de uma mistura de irresponsabilidade com a ignorância que está armando um sem-número de bombas de efeito retardado.

Os protestos não tardaram, dentro e fora do Brasil. A opinião pública mundial começou a tomar conhecimento, em toda a sua plenitude, da tragédia de que a Amazônia brasileira é palco nos últimos anos. O Governo passado preferiu, porém, acusar a todos, indistintamente, de estarem conspirando contra a soberania brasileira e colocou a política ambiental sob controle direto da SADEN através do programa "Nossa Natureza". No entanto, pouco ou nada se fez de concreto (13).

A nomeação de José Lutzenberger como Secretário Especial do Meio Ambiente foi acolhida com simpatia em nível nacional e internacional. Mesmo assim, causa preocupação o

esvaziamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que era o órgão superior para a política ambiental, com assentos para a sociedade civil. Além disso, atribuiu-se à nova Secretaria de Assuntos Estratégicos papel protagônico na condução desta política (14), mantendo-se, portanto, a prevalência da ótica de "segurança nacional" na administração dos problemas ambientais.

De uma coisa podemos estar certos: se não forem implementadas medidas adequadas para reverter a situação atual, nós todos deveremos estar preparados para um julgamento rigoroso da parte das futuras gerações. Só que qualquer julgamento no futuro não conseguirá anular os efeitos da irresponsabilidade e ignorância desta geração pilhante e arrasadora.

Sabemos hoje que, ao defendermos os povos indígenas e seu habitat, estamos defendendo o futuro dos filhos, netos e bisnetos desta geração. Ao protegermos a terra, o saber e a vida dos Yanomami, por exemplo, ao protegermos seus rios do mercúrio dos garimpos, suas matas da motosserra das empresas madeireiras, suas terras da inundação das hidrelétricas, a sua vida alegre da "participação de lucros" gerada por sua destruição, estamos lutando pelo futuro do Brasil. A primeira e nova evangelização que atesta aos povos indígenas que o seu jeito de viver tem futuro, defende uma vida digna para toda a nação brasileira. Este "jeito de viver indígena", porém, só se realiza na terra própria, suficiente e garantida pelos demais.

A conexão entre a destruição da vida humana, das invenções culturais dos povos e do seu meio-ambiente se evidencia muito claro na própria conquista das Américas. A conquista do México, por exemplo, não só destruiu povos e culturas, destruiu também o meio-ambiente dos centros populacionais indígenas. O desagendamento do lago de Tenochtitlan, no México dos conquistadores, a substituição da agricultura dos Aztecas pela agropecuária e o plantio extensivo de cereais, transformaram o Vale do México já antes da industrialização num semi-deserto. A destruição da natureza trabalhada, do meio-ambiente culturalmente assumido, corroeu a base da sociedade indígena, as formas de organização de sua produção e a base agrícola de sua cultura. A destruição ambiental e cultural é o complemento do genocídio propriamente dito por doenças, ações militares e trabalho forçado que degradou o ser humano à "matéria prima" e a uma "peça" descartável. Cinco milhões de indígenas habitavam o Vale do México antes da conquista. Em meados do século XVIII já estavam reduzidos a um milhão. Bartolomé de Las Casas, o crítico mais radical da Conquista, nos relata que "de três milhões de almas que havia na ilha Espanhola e que nós vimos, não há hoje de seus naturais habitantes nem duzentas pessoas. A ilha de Cuba, que tem de comprimento a distância que vai de Valladolid a Roma, está hoje como deserta" (15).

Desde a conquista das Américas observamos a sinistra concatenação entre a destruição da vida humana,

a destruição da cultura dos diferentes povos e a destruição de seu meio-ambiente. Nesta longa história dos 500 anos de evangelização aprendemos que não é possível defender isoladamente a sobrevivência física dos povos indígenas, despreocupando-se da defesa de sua cultura e de seu meio-ambiente. Temos consciência do estreito vínculo entre Vida — Cultura — Meio-Ambiente não somente com o Evangelho, como mensagem de vida, mas também com a racionalidade do ser humano. A destruição da vida, cultura e do meio-ambiente dos conquistadores não foi só antievangélica, mas também irracional. E, procedendo contra a racionalidade, agiram contra seus próprios fins. A maioria dos conquistadores logo empobreceu e os países da conquista latino-americana, Espanha e Portugal, já no século XVIII se encontram entre os países mais pobres da Europa.

Quem realmente ama o seu país e seus habitantes, necessariamente terá que se perguntar hoje:

Qual é — numa relação de custo-benefício — o benefício de uma hidrelétrica como Balbina ou Tucuruí?

Quem é, de fato, beneficiado com a extração do ouro nos garimpos nas terras dos Kaiapó ou dos Yanomami?

Que melhoramentos nos advieram com os projetos na área de Carajás com a produção de ferro-gusa e irresponsável devastação da floresta Amazônica?

Os fazendeiros beneficiados com a construção da BR-364 que atravessa o antigo território dos Nambiqua-

ra a quem deixou na miséria, contribuíram em alguma coisa para o bem-estar do povo?

Para onde vão os milhões e milhões de metros cúbicos de Mogno e de outras madeiras de lei, arrancados da hiléia amazônica até se esgotarem as espécies? Que retorno tem a população da Amazônia? Onde parou a riqueza que no início do século representava a madeira das áreas indígenas no sul do país?

E as funestas queimadas para transformar a selva milenar em pastagens para o gado? O que o nosso povo logrou com esta investida? Tem mais acesso à carne e ao leite e melhorou sua dieta?

A questão do meio-ambiente é hoje sinônimo da defesa da racionalidade e da vida das futuras gerações. Para nós a questão ecológica é ao mesmo tempo uma questão social, política e teológica. Defendemos, por exemplo, a selva amazônica porque defendemos com ela o habitat e o bem-estar dos povos da Amazônia. A questão ecológica, neste sentido, é um sinal do tempo, um sinal de Deus no tempo, capaz de articular nossa fé com uma solidariedade que vai muito além das fronteiras de cada povo ou nação.

A solidariedade humana, conforme o Concílio Vaticano II, tem a sua raiz teológica na encarnação de Jesus Cristo (16). Jesus articula a primeira criação com a "criação nova" (17). A primeira criação se tornou história da salvação na Aliança de Deus com Israel. A criação — criação do homem, da natureza e do cosmo — é o pressuposto da história

da salvação. O meio-ambiente é o pressuposto da libertação. Os povos indígenas se salvam somente com a natureza. Sem a terra, sem os rios e sem as matas não há "boa notícia" para os povos indígenas.

III — Solidariedade aos povos indígenas na América Latina

Na última Assembléia Geral do CIMI foi aprovada como uma das prioridades de nosso trabalho o "aprofundamento da dimensão continental da causa indígena". Cumprindo com esta deliberação lembramos a situação de povos indígenas em outros países da América Latina que neste momento sofrem de maneira mais intensa os mais variados tipos de violência.

Chama-nos especial atenção a trágica realidade dos índios na Guatemala. Apesar de serem 65% da população, eles são tratados como estranhos em sua própria Pátria. O terrorismo de Estado levou cerca de 200 mil guatemaltecos, a maioria deles índios, a se refugiarem nos países vizinhos, sem nenhuma perspectiva de retorno imediato. O grito do Profeta Isaías: "Buscai o direito, corrigi o opressor! Fazei justiça ao órfão, defendei a causa da viúva!" (18) torna-se imperativo particularmente concreto para uma Igreja que se prepara para comemorar 500 anos de Evangelização. Importa identificar os verdadeiros opressores em nível internacional e denunciar seus mecanismos de morte. Na Guatemala de hoje são mais de 300 mil as viúvas e outras centenas de milhares as crianças órfãs.

Em nome da luta contra o narcotráfico, índios e camponeses da Colômbia, do Peru e da Bolívia são vítimas constantes das violências policiais e militares e também dos ataques praticados pelos próprios traficantes. A Igreja não pode fechar seus olhos diante de tanta dor. Sua solidariedade tem que assumir dimensões continentais.

IV — As iniciativas do CIMI

O CIMI realizou em agosto de 1989 sua VIII Assembléia Geral com o tema "Ação Missionária junto aos Povos Indígenas no atual contexto histórico". Reunindo mais de 100 missionários de todo o País e contando com a presença de vários bispos, esta Assembléia afirmou que os desafios presentes na conjuntura atual e também no marco das celebrações em torno dos 500 anos da chegada dos europeus neste Continente, exigem um empenho especial e permanente na descoberta, formulação e implementação de estratégias que despertem, mobilizem e comprometam o conjunto da Igreja. A mesma Assembléia aprovou como prioridades e linhas de ação:

- o apoio à organização dos povos indígenas em todos os níveis;
- a conquista e garantia das terras indígenas;
- as alianças entre os Povos indígenas e a sociedade brasileira;
- o aprofundamento da dimensão continental da causa indígena;
- a Evangelização autocrítica, inculturada e libertadora;
- a formação de missionários.

Buscando uma melhor preparação dos missionários para a difícil tarefa junto aos povos indígenas, o CIMI ofereceu em janeiro deste ano um curso de formação básica com duração de 21 dias para cerca de 30 missionários. Cursos como este são previstos também para os próximos anos. O problema da Evangelização e inculturação mereceu atenção especial. Teólogos, pastoralistas e missionários reuniram-se em várias regiões do País para semanas de estudo e aprofundamento de uma questão tão importante para a Pastoral indigenista, hoje.

Em trabalho conjunto do CIMI com os setores de Pastoral indigenista das Conferências Episcopais de outros Países e com o CLAI (Conselho Latino-americano de Igrejas), foram realizados cinco cursos ecumênicos nas diversas regiões da América Latina no intuito de contribuir na reflexão sobre a problemática das celebrações do V Centenário.

O CIMI continua a apoiar direta e constantemente as iniciativas de mobilização dos diversos povos e organizações indígenas. Destacamos dois eventos que se revestiram de grande importância. Em setembro de 1989, 350 líderes indígenas, representando 76 povos e 14 organizações indígenas de todo o País foram a Brasília para participar da maior manifestação em defesa da vida de um povo — o Povo Yanomami — da história. Em meados de abril deste ano, as organizações indígenas da Amazônia realizaram sua II Assembleia Geral em Manaus com a presença de 174 líderes indígenas, representando 30 povos e 20 organi-

zações indígenas. Estes e outros encontros regionais evidenciam o avanço na articulação e na busca de alianças entre as comunidades indígenas.

Estas iniciativas são e foram importantes, mas não espelham todo o engajamento e o empenho da Igreja Missionária. Nossos agentes de pastoral encontram-se nas áreas indígenas e seu labor cotidiano e sua dedicação abnegada e generosa, Deus os conhece. Há missionários, leigos e religiosos, que desde muitos anos despendem o melhor de seu esforço na Pastoral Indigenista e, numa dimensão de evangélica solidariedade, consagraram sua vida e tão nobre causa, encontrando nos rostos dos índios as feições concretíssimas de Cristo, o Senhor, que sempre nos questiona e interpela (19).

Conclusão

Tudo que Deus criou e abençoou no início dos tempos, é historicamente assumido por Jesus Cristo. Ele representa a "plenitude dos tempos" (20), não no triunfo do poder, mas na desfiguração do "servo sofredor". A Páscoa é passagem pelo vale da morte à ressurreição. A Nova Criação, Redenção, Libertação e Solidariedade são trespassadas pela "kenosis", a entrega e o despojamento total.

No Dêutero-Isaías (Is 40-55) encontramos a compreensão histórico-salvífica da obra da criação. É o exílio. Frente à supremacia esmagadora de um império mundial, Israel recorre a Javé. Onde a história nega as evidências da presença de Deus, o povo confirma sua fé no poder redentor de Javé por causa de sua ação

primordial criadora. "Teu esposo (e senhor) é teu criador, e teu redentor chama-se 'o Deus de toda a terra'" (21). A evangelização indígena passa pelo anúncio deste "Deus de toda a terra" contra os ídolos que não cessam de usurpá-la. Entendemos a nossa missão junto aos povos indígenas como missão do "servo de Javé" que leva às nações a "verdadeira religião" (22). "Ele não grita, nunca eleva a voz, não clama nas ruas. Não quebrará o caníço rachado, não extinguirá a mecha que ainda fumeja. Anunciará com toda a franqueza a verdadeira religião; não desanimará, nem desfalecerá, até que tenha estabelecido a verdadeira religião sobre a terra, e até que as ilhas desejem seus ensinamentos" (23).

Quero lembrar neste momento duas pessoas que de uma maneira toda especial representaram para nós "o servo sofredor" em relação à causa indígena. Ainda no dia 22 de fevereiro passado, a Diretoria do CIMI estava reunida à noite com Dom Luciano. Foi o último compromisso do Presidente da CNBB antes de partir de Brasília. No outro dia aconteceu o acidente e Dom Luciano ficou por semanas entre a vida e a morte. O Brasil inteiro rezou por Dom Luciano e Deus lhe conservou a vida. Quando no dia 15 de março tive a felicidade de visitá-lo no hospital e emocionado pude apertar sua mão, ele me disse: "Vivo uma experiência profunda de sofrimento, mas ofereço tudo pela Igreja do Brasil e pelos povos indígenas que amo com tanto carinho!" Vi naquele momento no rosto de Dom Luciano os traços do "Servo sofredor", "homem das dores,

experimentado nos sofrimentos" (24) e acreditei na força redentora de toda esta paixão.

No dia 11 de março de 1990 morreu Viviane Guimarães Rezende, missionária leiga na Prelazia de Tefé. Socióloga e professora, abandonou em 1986 o magistério no Paraná, seu Estado de origem, para dedicar-se aos índios Katukina e Kanamari, na região do Rio Jutai, no Estado do Amazonas. Os Katukina já sofreram de muitas doenças. Muitos morreram no passado em consequência de epidemias, que algumas vezes mataram quase todas as crianças. Hoje mesmo, há muitos deles morrendo de malária (25). Viviane orientou um programa de vacinação a que se dedicou com tanta abnegação que mesmo tendo contraído forte malária se preocupou mais com a aplicação das vacinas do que com seu próprio estado gravíssimo de saúde. Morreu com 28 anos de idade, vítima da doença que ceifou a vida de tantos índios, mais vítima ainda de sua doação aos índios. Quem não recorda neste momento as palavras de Jesus: "Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos" (26).

A experiência profunda de sofrimento vivida por Dom Luciano e a morte de Viviane são passagens pelo Calvário à ressurreição. A morte e violência sofridas por tantos índios, as epidemias que ceifam suas vidas, os rios poluídos e terras deterioradas ou inundadas que ameaçam a sobrevivência de povos inteiros, são a Paixão indígena de Cristo em nossos dias. Na Páscoa celebramos a vitória da vida sobre a morte e acredita-

mos que a pedra do sofrimento, da angústia e do desespero um dia seja removida definitivamente, para que

possa brilhar a luz da esperança para os povos indígenas e todos os povos da terra.

NOTAS

(1) Cfr. Boletim AIDSESP, nº 19-20, abril 1988. (3) "Jornal de Opinião" publicação católica de Belo Horizonte, 2ª quinzena de novembro 1989. (4) PORANTIM nº 122, outubro 1989. (5) Cfr. PORANTIM nº 125, janeiro-fevereiro 1990. (6) "A Política indigenista do Governo Sarney", cfr. PORANTIM nº 125, janeiro-fevereiro 1990. (7) Processo TCU 014.821/87-7, DOU 15 de janeiro de 1990. (8) Cfr. Jornal do Brasil, 14 de janeiro de 1990. (9) "A verdadeira conspiração contra os povos indígenas, a igreja e o Brasil" CNBB-CIMI, outubro 1987. (10) Cfr. PORANTIM nº 126, março 1990. (11) Cfr. por exemplo, Philip M. Fearnside, do INPA, em "Tempo e Presença" nº 244/245, agosto-setembro 1989. (12) Cfr. VEJA, 05 de julho de 1989. (13) Cfr. Carta Circular da União Protetora do Ambiente Natural, abril de 1990.

(14) Cfr. Medida provisória nº 150 e Decreto nº 99.180, ambos de 15 de março de 1990. (15) Bartolomé de Las Casas, Brevíssima relação da destruição das Índias. O Paraíso destruído. Ed. L&PM, Porto Alegre, 1984, página 28. (16) Constituição Pastoral "Gaudim et Spes", nº 31 e 32. (17) 2. Co 5,17. (18) Is 1,17. (19) Cfr. Documento de Puebla, nº 31. (20) Cfr. Gl 4,4. (21) Is 54,5. (22) Em Is 42,1-4 a palavra original é "Mispāt", que uns traduzem com "verdadeira religião", outros com "julgamento", outros ainda com "justiça" ou "paz". "Mispāt" significa tudo isso: é "religião" no sentido original e integral. (23) Is 42,1-4. (24) Is 53,3. (25) Cfr. Carta circular assinada por Dom Mário Clemente Neto, Bispo de Tefé e Doris Kleslich, da Pastoral Indigenista de Tefé, 15 de março de 1990. (26) Jo 15,13. □

Por que ter pressa?

Bíblia — "Queres, então, que vamos arrancar o joio? Ele respondeu: Não, para não acontecer que, ao arrancar o joio, com ele arranqueis também o trigo", Mt 13, 28-29.

Leitor — A pressa e a precipitação são causadoras de injustiça. Os caminhos de Deus não têm a pressa dos desejos humanos. Os caminhos de Deus rodam devagar. Por que ter pressa? A situação atual é reversível. Não fixar, pois, no joio. Paciência, prudência, tolerância. Afinal a linha divisória entre o bem e o mal não é visível nem passa entre as pessoas. É invisível e passa dentro das pessoas. De direito e na prática, só a Deus cabem a triagem e a última palavra (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

PROJETO MISSÃO ALÉM FRONTEIRAS

IGREJA DO BRASIL CHEGOU A TUA HORA MISSIONÁRIA

Dom Ivo Lorscheiter
na 28.ª Assembléia da CNBB

Da Assembléia da CNBB de 1988, levamos para as nossas dioceses um importante documento, de grande repercussão em toda a Igreja do Brasil.

O que aconteceu na Assembléia ficou no espírito de muitos, se não de todos nós, como o sinal visível de um encaminhamento providencial da Igreja do Brasil, no sentido de sua consciência missionária, ou melhor, da nossa convicção de termos afinal percebido, com clareza, a "Hora Missionária da Igreja do Brasil".

Um pequeno capítulo do Documento 40, relativo à nossa "comunhão... na evangelização dos povos", acolhido a princípio como um simples apêndice ao documento, acabou recebendo destaque especial, tendo figurado, de um momento para outro, como a alma e o capítulo central do texto da Assembléia. A Assembléia se encerrou com uma vibrante e comovente conclamação do Presidente da CNBB às nossas Igrejas particulares a testemunharem, de

forma concreta, a sua consciência missionária e a expressarem praticamente o impulso missionário que lhes deu a Assembléia.

O Bispo responsável da Linha 2 e os seus Assessores sentiram, a partir do Documento 40, renovar-se o seu entusiasmo pela Missão, e a idéia da viagem à África, onde trabalham hoje 357 brasileiros, realizado em janeiro deste ano, foi um fruto desse entusiasmo.

Uma nova iniciativa missionária surgiu recentemente, que a Linha 2 e as PPOOMM julgaram oportuno e necessário apresentar a esta Assembléia. Trata-se de um PROJETO "MISSÃO ALÉM FRONTEIRAS", que passamos agora a transmitir.

Dividiremos a nossa apresentação, em 4 partes:

1.º — O que temos na Igreja do Brasil: VER

2.º — A nossa reflexão sobre o Projeto: JULGAR

3.º — Uma Nova Proposta: Organização e Coordenação de Missionários brasileiros além fronteiras: **AGIR**

4.º — Consulta à Assembléia.

I — VER

1. O que temos na Igreja do Brasil

Diversos organismos e setores da Igreja do Brasil atendem à sua dimensão missionária.

1.1. CNBB — Linha 2

— contribui para que a Igreja do Brasil, nos seus vários níveis e nas diferentes dimensões da sua atividade, mantenha viva a consciência de que, como Povo de Deus, é enviada a anunciar e testemunhar a todos a Boa Nova do Evangelho;

— favorece o conhecimento e os contatos entre as comunidades da Igreja do Brasil;

— desperta para a urgência do envio além de suas fronteiras, "Ad Gentes";

— estimula os Institutos Missionários para que fiéis ao seu carisma "Ad Gentes", ajudem a Igreja local a expressar sua vocação missionária;

— com as Pontifícias Obras Missionárias, organiza e coordena a Campanha Missionária no Mês de Outubro;

— assessora e acompanha ainda iniciativas que surgem em diversas áreas e setores. Acompanhamento especial é dedicado ao:

— **PROJETO IGREJAS — IRMÃS**: ação de comunhão missionária, pela qual duas Igrejas ou grupo de Igrejas, a nível local, nacional ou de além fronteiras, se relacionam mutuamente na participação fraterna de recursos humanos, pastorais e financeiros, enriquecendo-se mediante a solidariedade e o intercâmbio.

— **ATENDIMENTO AOS MISSIONÁRIOS QUE CHEGAM**: cada ano, recebemos em média 300 novos missionários, provenientes de diversos países. Antes de iniciarem a ação pastoral no Brasil, passam por um curso de aprendizagem da língua e de primeira aculturação, no **CENFI** em Brasília. E o **SCAI** tem um relatório detalhado dos nomes e da procedência desses missionários, procurando ajudá-los especialmente no que se refere à sua situação regular no país: presta, desta forma serviços às Dioceses, às Congregações e aos Missionários na tramitação dos vistos, junto aos Ministérios competentes.

— O **CENFI** e o **SCAI** são departamentos do **CENTRO CULTURAL MISSIONÁRIO**, organismo anexo da CNBB.

— **A PREPARAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS MISSIONÁRIOS BRASILEIROS ALÉM FRONTEIRAS**: são, hoje, mais de 900 estes nossos irmãos e irmãs, presentes em outros países. Em média partem, anualmente, 30 a 40 missionários, preparados em Brasília por meio de um curso, no **CENTRO CULTURAL MISSIONÁRIO**, e enviados dentro de uma celebração litúrgica solene,

pela Presidência da CNBB, pela CEP e a CRB.

Com esses Missionários, mantém-se um intercâmbio de correspondências e de envio dos mais importantes documentos da Igreja do Brasil. E ultimamente, pensou-se mesmo na conveniência de uma visita a eles, tendo-se então escolhido como primeira iniciativa a visita aos Missionários na África: formamos uma "Delegação" de 5 pessoas: Dom Vi-

cente Zico, Pe. Gervásio Queiroga, Irmã Maria Sonia Müller, Pe. Edênio Valle (CRB) e Ir. Maria de Lourdes Gacho (CRB), e fomos aos 7 países seguintes: Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cameroun, Zaire, Senegal e Costa do Marfim.

O relatório dessa visita está impresso e à disposição dos srs. Bispos.

Os Missionários Brasileiros além fronteiras estão assim distribuídos:

			Total
— Na África:	Missionárias	277	356
	Missionários	79	
— Na América Latina:	Missionárias	195	261
	Missionários	66	
— Na América do Norte:	Missionárias	53	85
	Missionários	32	
— Na Ásia:	Missionárias	37	55
	Missionários	18	
— Na Europa:	Missionárias	146	208
	Missionários	62	
— Na Oceania:	Missionárias	7	9
	Missionários	2	

Total: 974. Missionárias: 715. Missionários: 259.

1.2. COMINA — *Conselho Missionário Nacional* — Organismo anexo à CNBB, formado de representantes de Instituições atuantes na animação e ação missionárias do Brasil — Representantes da Linha 2, das Pontifícias Obras Missionárias, das Dioceses, dos Institutos Missionários e outros.

O COMINA reflete, acompanha, avalia e estimula a ação missioná-

ria, visando fazer com que a Igreja Particular seja o sujeito da Missão, dentro e fora do país. Atua diretamente de forma subsidiária, principalmente quando convocada pela CNBB ou outra instituição.

1.3. PONTIFÍCIAS OBRAS MISIONÁRIAS — Mais diretamente ligadas à Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, em Roma, realiza um trabalho de ani-

mação missionária, em união e comunhão com a CNBB e os diversos organismos misionários do país. Promovem as vocações missionárias, cultivam a espiritualidade missionária pela oração, sacrifícios, sofrimentos pelas Missões. Estimulam a participação de todos por meio de coletas e ofertas materiais para as missões. Organizam e coordenam, com a CNBB, a Campanha Missionária no mês de outubro.

— MÊS MISSIONÁRIO: Cabe, aqui, aliás, um exame: Como se tem celebrado, nas dioceses o Mês das Missões? Como o têm assumido os Regionais, nas suas Assembléias? Como são aproveitados os subsídios enviados pelas PPOMM? Qual tem sido o empenho das dioceses em promover as pregações do mês missionário, nas paróquias e Comunidades e as coletas pelas Missões, por ocasião do Dia Mundial das Missões?

1.4. *CIMI — Conselho Indigenista Missionário* — Organismo anexo da CNBB. Incentiva e assessora o atendimento aos povos indígenas em suas necessidades espirituais e materiais, especialmente no campo pastoral, sempre a partir das próprias culturas indígenas e à luz da Revelação.

Em espírito ecumênico, busca também o entrosamento com as missões indígenas de outras confissões cristãs ou de outros credos religiosos.

Promove a formação ou atualização teológica, antropológica e técnica dos missionários católicos.

Planeja e realiza encontros de estudo sobre pastoral indigenista.

1.5. *OMIL — Organismo de Missionários Leigos* — Instituição católica formada por diversas associações e grupos de missionários leigos e por cristãos leigos comprometidos com a missão em ambiente cultural diferente.

Tem como objetivo a articulação dos missionários leigos do Brasil e o apoio para sua ação missionária nas regiões e situações de missão, dentro e fora do Brasil. Tem como prioridade a formação de missionários leigos na comunhão com a CNBB e a intermediação no envio de missionários leigos para regiões e situações de missão no Brasil e de outros países.

1.6 *INSTITUTOS MISSIONÁRIOS* — Existem, entre nós, muitos Institutos Missionários, Congregações Religiosas ou não. Por sua finalidade própria e específica, são chamados a ser, em cada Igreja Particular em que se acham estabelecidos, a "memória missionária da Igreja", suscitando nela o espírito missionário, incentivando-o, e dando eles mesmos da sua parte, testemunho desse espírito, através das suas iniciativas e suas obras, e sobretudo pelo envio de seus membros para a Missão.

Lembramos: os Pes. Xavierianos, Lazaristas, Redentoristas, Eudistas, Pes. do Verbo Divino, Pes. Combonianos, Pes. da Consolata. Pes. do PIME, Espiritanos, Oblatos de Maria, Pes. do Preciosíssimo Sangue, Pes. da Missão Portuguesa, com o correspondente ramo feminino des-

tas Congregações e numerosas outras Congregações Religiosas masculinas e femininas.

1.7. CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL — CRB —

Na formação e animação da Vida Religiosa, a CRB não poderia deixar de orientá-la especialmente no sentido de uma consciência missionária.

Os Institutos Missionários recebem da Conferência apoio e incentivo, e a CRB, tem entre as suas linhas, a dimensão missionária “ad gentes”, para a qual anima as diversas Congregações Religiosas.

Na visita aos Missionários brasileiros da África, a Linha 2 da CNBB viu no convite ao Presidente da Conferência a compor a “delegação missionária” dessa visita, como a iniciativa mais justa e oportuna.

1.8. MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL MISSIONÁRIOS:

São já numerosas as nossas publicações de caráter missionário, livros, revistas e informativos. A título de exemplo, citamos: “Missões Consolatas”, “Missão Jovem”, “Sem Fronteiras”, “Alô Mundo”, “S.I.M.” (Serviço de Informação Missionária) e “Porantim”.

1.9. CURSO DE MISSIOLOGIA:

Há um curso de pós-graduação em Missiologia, e um curso base de Missiologia, na Faculdade de Teologia “Nossa Senhora da Assunção”, de São Paulo.

A 1.^a Turma de alunos desse curso, já se formou, e temos conhecimento do interesse que ele continua despertando em muitas pessoas.

Somos curiosos e interessados na informação das dioceses quanto ao desejo expresso no Documento 40, a saber, que “o Curso de pós-graduação em Missiologia, inaugurado recentemente no Brasil, propicie a preparação de professores dessa disciplina”, e que “nos Seminários Maiores, o estudo da Missiologia seja incluído entre as disciplinas do currículo teológico”: (cf. Doc. 40, pág. 56).

II — JULGAR

2. Nossa reflexão

Os Atos dos Apóstolos (1,7-8) nos recordam que não nos cabe marcar a hora que o Pai reservou em seu poder para que o testemunho e o anúncio do Evangelho cheguem às extremidades da terra. Só a graça do Espírito pode fazer surgir o momento da salvação, só sua força pode, gratuitamente, despertar a Igreja para o cumprimento desta missão básica, recebida do próprio Senhor: “ide, pois, ensinais todas as gentes, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt. 28,18).

2.1. Textos

2.1.1. *Puebla* anuncia solenemente, no número 368, que chegou a hora de a Igreja latino-americana “se projetar para além das próprias fronteiras, ad gentes”. Captando a moção do Espírito, os Bispos reunidos em Puebla dizem que, apesar de nossa própria carência de missionários, soou a hora “darmos de nossa pobreza”, intensificando os serviços recíprocos entre as Igrejas e ofere-

cendo "algo de original e importante" (ibidem). E enumera: "o seu sentido de salvação e libertação, a riqueza de sua religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé". (ibidem).

2.1.2. O apelo da III.^a Assembléia não caiu em solo estéril. A CNBB, colhendo os frutos de uma consciência missionária brasileira que foi amadurecendo na surdina, lentamente, e que se expressa, por exemplo, na presença de mais de 300 missionárias e missionários brasileiros na África, fala de modo claro e urgente do dever missionário de toda a Igreja, no Documento "*Igreja: Comunhão e Missão*" (Doc. da CNBB, n.º 40).

Neste importante passo à frente dado pelos Bispos do Brasil, são indicados os sinais desta nossa hora missionária que desponta (n.º 115), e sublinham-se os elementos teológicos que fundamentam doutrinariamente o dever missionário da Igreja, como sujeito da missão (n.º 117). São também apontadas algumas perspectivas que podem ajudar cada Igreja particular a se organizar como "Igreja Missionária" (n.º 124).

2.1.2. O CELAM e a CNBB estão tomando consciência do que já em 1955 nos dizia, profeticamente, o Papa Pio XII: "que possais cumprir a missão que a Divina Providência parece ter confiado a este imenso continente que se orgulha de sua fé católica e (possais) tomar parte preferencialmente na nobilíssima tarefa de comunicar os preciosos dons da

paz e da salvação, além de vossas fronteiras". Este convite de Pio XII é lembrado pelo próprio Papa João Paulo II quando, em seu discurso ao III.º COMLA (Bogotá, 1986) dizia: "Sim, América, chegou tua hora! Examinai, pois, queridos irmãos no Episcopado, amados filhos e filhas, esta urgência prioritária".

A Igreja da América Latina e do Brasil, já começam a trabalhar, na prática, a revisão teológica da missão, iniciada pelo *Decreto Conciliar "Ad Gentes"* e pela Exortação Apostólica "*Evangelii Nuntiandi*", com a qual Paulo VI respondia aos anseios do Sínodo dos Bispos sobre a Evangelização e abria pistas seguras para a mobilização missionária de todas as forças evangelizadoras da Igreja.

2.2. Ensejos e sinais dos tempos

2.2.1. Os insistentes convites que o Papa João Paulo II tem dirigido à Igreja da América Latina em favor de uma nova evangelização, bem indicam que o V.º Centenário da Evangelização do Continente precisa ser visto na perspectiva de um grande apelo do Espírito à consciência missionária de nossa Igreja.

2.2.2. Igualmente a revitalização da vida presbiterial e laical, a vitalidade das Comunidades Eclesiais de Base, das pastorais e dos movimentos devem ser vistos como sinais do despertar missionário de nossa Igreja para a assunção de tarefas eclesiais mais exigentes, quais a de uma solidariedade nova com os povos e as Igrejas Além Fronteiras. É como se a colegialidade vivida pelo Episcopado ao longo destes 25 anos do Vaticano

II, o fortalecimento dos organismos de Igreja (CNC, CNL, CND, CNIS e CRB), o projeto das Igrejas-Irmãs, a experiência de um comprometimento maior com a opção preferencial pelos pobres, a pastoral de conjunto, os encontros inter-eclesiais de CEBs, etc. nos tivessem preparado para uma percepção mais lúcida do desafio maior que o Espírito nos irá apresentar nos próximos anos.

2.2.3. A viagem e visita de uma pequena delegação da Igreja do Brasil, liderada pela CNBB, Linha 2, precisa ser vista nesta mesma perspectiva. Embora modesta, ela demonstra que lá como cá, estamos preparados e desejamos um intercâmbio mais efetivo e vital, que deve nascer de um compromisso de toda a Igreja. É este o grande passo a ser dado. Para nossa Igreja, já não é suficiente que a causa da missão Ad Gentes permaneça como que uma tarefa a mais, confiada a alguns organismos (POM, COMINA, Linha 2 da CNBB) ou a Congregações que por seu carisma específico têm enviado seus membros e também leigos aos povos irmãos da África e mesmo à Ásia e à Oceania, já desde o imediato pós-guerra (década de 50). Essa despresticiosa viagem à África é um signo novo. Ela põe à Igreja do Brasil e especialmente aos Bispos, como sucessores dos Apóstolos, a premente questão: e agora?

2.2.4. No caso da África o grande sinal do Espírito para a Igreja do Brasil são os *50 milhões de irmãos e irmãs de sangue africano* que temos. Ninguém e nada nos compromete mais com os povos dos quais eles vie-

ram — e como escravos! — do que eles próprios. O seu sangue é o grande signo de uma fraternidade que precisa se tornar concreta historicamente.

2.3. Nossas Objeções

Não é nossa intenção dar resposta às objeções que se seguem. Quem responderá é o Espírito. Com isto não se pretende minimizar o peso de algumas destas objeções. São sérias e precisam ser devidamente ponderadas. Mas, como aconteceu a Paulo quando titubeava em ir à Macedônia, o Espírito mesmo se encarregará de nos revelar o que fazer, ao nos dizer pela boca de um anjo negro: “passem para a África e tragam-nos auxílio” (Cfr. At. 16,9). Então nos persuadiremos, como Paulo, de que “Deus nos chama para anunciar-lhes o Evangelho” (Cfr. At. 16,10).

2.3.1. Não estamos em condições de enviar missionários, pois somos tanto ou mais pobres que eles e grandes são nossas urgências e carências.

2.3.2. As missões terminaram; as objeções eclesiológicas e missiológicas são tantas.

2.3.3. As Congregações “especializadas” já têm seus projetos próprios; não há mais necessidade de um projeto específico; é melhor dividir as tarefas como se fazia antes.

2.3.4. São tantas as dificuldades da inculturação; há o perigo de repetir os mesmos erros que se cometeram em nossa terra e de se criar a mesma dependência que faz com que

até hoje, por exemplo, quase metade de nosso clero venha de fora.

2.3.5. É difícil suscitar a missionariedade nos leigos e nos sacerdotes diocesanos; os próprios Bispos irão resistir, na prática. Diante destas e outras objeções precisamos retornar ao texto inicial dos Atos dos Apóstolos: "não cabe a vocês saber os tempos e as datas que o Pai reservou à sua própria autoridade" (At. 1,7).

III — AGIR

3. Uma nova proposta:

Organização e coordenação de Missionários brasileiros além fronteiras.

3.1. *Motivar a Igreja no Brasil*

— lembrando as palavras de Pio XII: a América Latina será a grande evangelizadora do mundo; Paulo VI: a América Latina é o continente da esperança; João Paulo II: a Igreja particular não é autêntica Igreja se não é missionária;

— aceitando o desafio de uma década missionária, por ocasião dos 500 anos do Brasil;

— aproveitando o testemunho dos nossos missionários, em outros continentes;

— utilizando as publicações missionárias;

— envolvendo os bispos, o clero, os religiosos(as), os leigos, as instâncias da Igreja (CEBs paróquias, Dioceses, etc.).

3.2. *Suscitar e Discernir Vocações Missionárias*

— interpelando o bispo e o presbitério;

— falando com os seminaristas e candidatos à vida religiosa;

— atingindo leigos zelosos e profissionalmente qualificados;

— provocando as congregações religiosas;

— convidando individualmente pessoas idôneas;

— aproveitando dos momentos fortes: retiros, envios, ordenações;

— propondo estágios missionários.

3.3. *Preparar os Enviados*

— oferecendo os conteúdos necessários (teológicos, sócio-culturais, pastorais, espirituais);

— exigindo engajamento pastoral e tirocínio de vida em equipe;

— ensinando as línguas;

— selecionando os candidatos;

— fazendo um solene envio.

3.4. *Escolher Adequadamente os Locais de Missão*

— ouvindo as conferências episcopais dos países em questão;

— atendendo às dioceses mais necessitadas;

— atendendo às necessidades assinaladas pelos Dicastérios competentes da Santa Sé;

— fazendo os convênios com as igrejas locais que irão receber os missionários;

— resgatando uma dívida histórica para com a África;

— respondendo aos vínculos de comunhão latino-americana.

3.5. *Realizar Intercâmbios entre a Igreja que envia e a Igreja que recebe*

— visitando-se mutuamente;

— proporcionando encontros entre as Conferências Episcopais;

— oferecendo possibilidade de estudo para candidatos à vida sacerdotal e religiosa e a leigos;

— proporcionando intercâmbio de material didático, subsídios, etc...;

— elaborando critérios comuns;

— fazendo acordos.

3.6. *Acompanhar e Apoiar os Missionários*

— possibilitando a rotatividade;

— celebrando o envio;

— mantendo contactos constantes através de cartas, publicações, boletins diocesanos, subsídios;

— interessando-se pelos problemas pessoais e de suas famílias;

— visitando os locais de missão.

3.7. *Acompanhar financeiramente os missionários e seus trabalhos*

— estudando formas de ajuda conforme os critérios estabelecidos no convênio;

— assegurando a Previdência e Aposentadoria no Brasil;

— arrecadando recursos nas Dioceses, Congregações e Comunidades Eclesiais;

— estudando as condições legais de operações financeiras com países estrangeiros.

3.8. *Reacolher os Missionários e oferecer-lhes reciclagem*

— estabelecendo, no convênio, a periodicidade das visitas deles ao Brasil;

— oferecendo oportunidade de cursos, encontros, retiros, promovendo alguns próprios;

— dando especial atenção aos que retornam definitivamente.

3.9. *Definir as responsabilidades concretas dos organismos missionários do Brasil na animação deste projeto*

— clareando as competências da Linha 2 da CNBB, do COMINA, SCAI, CENFI, PPOOMM, CIMI, CRB, INSTITUTOS MISSIONÁRIOS, MCS MISSIONÁRIOS e outros;

— definindo as responsabilidades no planejamento e na execução dos itens anteriores.

3.10. Assegurar a coordenação específica do projeto

1.^a Opção: A Coordenação seja feita pelas organizações missionárias já existentes no Brasil (L2, COMINA, SCAI, etc...).

— *vantagem*: — organicidade pastoral

— unidade pastoral

— *desvantagem*: — como uma nova área de atuação o Projeto Além Fronteiras pode não receber a atenção que merece.

2.^a Opção: Criação de um Centro Missionário próprio, ou de uma Sociedade Misionária própria com local e coordenação própria.

— *vantagem*: — gente liberada para a coordenação; — possibilidade de mais garra por ser algo específico e próprio.

— *desvantagem*: — mais gastos; — duplicação de forças; — perigo de paralelismos.

IV — CONSULTA À ASSEMBLÉIA

1. Impressão geral quanto a este projeto.

2. Opinião sobre as alternativas do 3.10.

3. Como e por quem este projeto deve continuar a ser tratado?

4. Outras observações. ☐

O futuro se antecipa

Bíblia — “Estarão dois no campo: um será tomado e o outro deixado. Estarão duas moendo no moinho: uma será tomada e a outra deixada”, Mt 24, 40-41.

Leitor — Tudo muito misterioso! Qual o critério desta seleção? Por que esta diferença de sorte? O Evangelho não dá o motivo. Constata, apenas. Observando-se as pessoas pelo seu modo de viver e de agir, fico, às vezes, com vontade de pensar: há quem vive o presente como sendo parte do futuro. E há quem vive o presente como se o futuro não existisse. Ora, no tempo já estão as sementes do além. Para quem tem fé, o futuro se antecipa aqui e agora. Desde já é possível pressentir na vida os reflexos que ainda não são plenitude escatológica. Crer firmemente mesmo quando todas as aparências são adversas (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

RELATÓRIO DA VIAGEM MISSIONÁRIA À ÁFRICA

Iª PARTE

A. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1. Origem e motivações da visita

A ida desta pequena equipe missionária à África constituía um velho sonho da linha 2 da CNBB e de outros Organismos de Igreja diretamente envolvidos na ação missionária "ad Gentes".

São hoje quase 900 os missionários e missionárias brasileiros que atuam no exterior, em todos os Continentes. 75% deste total é constituído por mulheres. Quase todos são Religiosos. Na África trabalham 357 brasileiros. É aí, portanto, que se concentra o principal esforço missionário de nossa Igreja. A ida destes evangelizadores para o Continente Negro foi acontecendo de maneira lenta e quase que imperceptível, na medida em que amadurecia a consciência de que a Igreja do Brasil tinha o dever de participar diretamente no anúncio do Evangelho a todos os povos, dando de sua pobreza. A iniciativa deste movimento missionário esteve em boa parte nas mãos das Congregações Missionárias, segundo o uso e os parâmetros vigentes

na Igreja anteriormente ao Concílio Vaticano II. Logo após a II Guerra Mundial se tem notícia da presença de brasileiros em países como a Índia, a Nova Guiné, o Japão e em terras africanas.

O Concílio trouxe uma significativa mudança nas concepções teológicas e nas práticas missionárias. A Igreja do Brasil, através da progressiva articulação e dinamização de sua ação pastoral, criou um entendimento novo da missão da Igreja e de sua responsabilidade ante os desafios da evangelização. A Linha 2 acompanhou de perto este progressivo amadurecimento que teve no Documento nº 40 ("Igreja e Missão") um de seus pontos culminantes. Neste importante texto teológico-pastoral, os Bispos Brasileiros explicitam pela primeira vez entre as urgências da Missão o dever do anúncio "ad Gentes".

Tal evolução decorreu de uma evolução lenta e segura do trabalho missionário. Paralelamente à partida dos missionários, desenvolveu-se uma nova linha de ação dentro da CNBB. A linha 2 passou a organizar, com o efetivo apoio

de outros organismos, cursos de preparação para os missionários que deixam o Brasil. A correspondência com os mesmos se intensificou, trazendo consigo novas perspectivas e exigências. Tornou-se praxe eclesial o envio anual dos missionários brasileiros pelo Presidente da CNBB, na sede da Conferência. Têm recebido a cruz missionária, anualmente, entre 30 e 40 missionários.

Tudo isso tornou necessária a revisão do relacionamento existente entre a Igreja do Brasil e os missionários saídos de seu seio. Sentiu-se também a necessidade de um contacto direto com as Igrejas locais e os Episcopados dos países onde atua o maior número de brasileiros, visando o estabelecimento de laços de fraternidade e apoio mútuo ainda mais efetivos.

Um primeiro passo neste sentido parecia ser uma visita de uma pequena delegação de Bispos e Religiosos a estes países.

2. A constituição da Delegação

A escolha da África como primeiro local a ser visitado se deveu ao fato de trabalhar aí o maior número de brasileiros. Não há nesta escolha nenhum descaso para com os demais países distantes ou próximos. Talvez meio inconscientemente tenha levado a tal opção o fato de o Brasil ser um filho da África e de dever à mãe que o gerou um especial tributo de gratidão.

A Presidência da CNBB e a CEP deram desde o início incondicional

apoio à iniciativa da Linha 2 de constituir uma comissão de Bispos e de Religiosos.

A CRB que acompanhara a evolução do plano com especial carinho, colocou-se à inteira disposição da CNBB, no sentido de garantir o maior êxito possível à projetada visita. Também outros Organismos missionários foram informados sobre o projeto, manifestando irrestrito apoio ao mesmo.

Para representar os Senhores Bispos surgiram espontaneamente os nomes de Dom Vicente Zico (Responsável pela Linha 2) e de Dom Afonso Gregory (Responsável pela Linha 6 e pela Caritas). A Assessora da Linha 2, Irmã Maria Sônia Muller SSPS, seria o terceiro elemento da Delegação. Dom Vicente Zico convidou, como 4º integrante, o Pe. Gervásio Fernandes de Queiroga, colaborador da Linha 2 e entusiasta da missão africana no Nordeste brasileiro. Pela CRB foram indicados seu Presidente, Pe. Edenio Valle SVD e a Irmã Maria de Lurdes Gascho, membro da Diretoria Nacional da CRB e Superiora Geral das Catequistas Franciscanas.

Dom Afonso Gregory não pôde, por motivos de força maior, participar da viagem. A Delegação ficou, assim, reduzida a 5 membros, sob a presidência de Dom Vicente Zico.

3. Roteiro e datas da viagem

Como data para a partida do grupo fixou-se o dia 22 de janeiro de 1990. O retorno foi previsto pa-

ra o dia 22 de fevereiro, um mês exato após a partida. Foram selecionados, segundo o critério da maior presença de brasileiros, os seguintes países: De 23 a 29 de janeiro: Angola; De 29/01 a 05/02: Moçambique; De 06/02 a 08/02: Zaire; De 08/02 a 12/02: Camarões; De 13/02 a 17/02: Senegal; De 17/02 a 18/02: Guiné Bissau; De 18/02 a 22/02: Costa do Marfim.

4. Objetivos da viagem

1 — Conhecer o trabalho e a situação pessoal dos missionários brasileiros, animando-os em seu serviço missionário, agradecendo-lhes seu testemunho e buscando aprender de sua rica experiência para a futura orientação da ação missionária da Igreja do Brasil.

2 — Entrar em contacto com os dirigentes dos Episcopados das diversas Igrejas Locais bem como os Superiores Religiosos e organismos missionários, visando colher informações e orientações, fortalecendo os laços de fraternidade e abrindo canais para uma ação conjunta no futuro.

3 — Reunir elementos e idéias para animar a Igreja do Brasil em sua missão "ad Gentes", dentro de um plano de Igrejas-irmãs.

A Delegação não foi atribuída nenhuma função de avaliação. O que se tinha em mente era apenas uma visita fraterna, na linha da tradição das antigas Igrejas, para atar e animar os laços de amor, fé e mútuo compromisso e conhecimento entre Igrejas.

B. DESCRIÇÃO DA VIAGEM FEITA

O relatório seguirá a ordem cronológica das visitas. Será apresentado em sequência o que foi vivido em cada um dos países visitados.

ANGOLA: IMAGEM DA ESPERANÇA E DA DESOLAÇÃO DE UM POVO

1. Visão geral do país e da Igreja (dados básicos)

1. O país

Angola tem hoje uma população de aproximadamente 10 milhões de habitantes, espalhados em uma superfície geográfica de 1,2 milhão de km². O país é rico em recursos naturais e apresenta um dos melhores potenciais para um desenvolvimento harmonioso. Infelizmente, o quadro atual é desolador, devido à guerra que se arrasta há vários anos.

Angola conquistou sua independência em 1975, após quase 500 anos de colonização portuguesa. Arribou ao regime socialista como resultado da luta de libertação. A fuga de capitais e a saída do pessoal de administração abalaram o regime econômico que se tentava impor. A guerra que ocupa boa parte do território tornou quase impossível o encaminhamento de uma solução razoável para o impasse econômico, com graves consequências sociais. O povo sofre carestia constante, as escolas e hospitais são absolutamente insuficien-

tes. Falta quase tudo. Os refugiados de guerra, os mutilados e os mortos sobem a milhões, criando impasses de todos os tipos. A juventude é absorvida pela guerra. A produção está parada há anos, apesar dos esforços do governo e do povo que criou um original sistema de economia paralela.

Do ponto de vista da composição étnica e lingüística são vários os grupos existentes no país. Com a guerra e os deslocamentos houve certa miscigenação lingüística com migrações internas de grupos tribais antes territorialmente separados. Este é um complicador tipicamente africano que as nações subdesenvolvidas da América Latina pouco conhecem.

2. A Igreja

A Igreja angolana tem a sua história estreitamente jungida à da cristandade colonial portuguesa. No próximo ano (1991) será comemorado o Vº Centenário da primeira evangelização de Angola.

A hierarquia data de 1940 ("Acorde Missionário"). Com a independência, em 1975, quebra-se o estilo neo-colonial previsto no Acorde de 1940 e tem início uma nova fase da História da Igreja em Angola. Angolanos são elevados ao Episcopado e cria-se a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). São hoje 15 as Dioceses, sendo três os Arcebispados. O Arcebispo de Luanda foi elevado ao Cardinalado em 1983. A CEAST tem como Presidente Dom Manuel Franklin da Costa, Arcebispo de

Lubango. 14 dos 17 Bispos são angolanos. A CEAST tem uma estrutura semelhante à da CNBB, com Assembléia Plenária, Conselho Permanente, Comissão de Gestão e 18 Comissões, além de um Secretariado Geral.

Os sacerdotes diocesanos eram em 1988 cerca de 110, quase todos angolanos. Havia na Teologia 92 seminaristas e 146 na Filosofia, além de 179 no propedêutico.

Há duas Conferências de Religiosos, uma masculina (USMIRNA) e uma feminina (USMIRFA). Em 1988 os Religiosos homens eram 270 (199 sacerdotes, dos quais 32 angolanos e 74 não-sacerdotes). Os institutos femininos contavam com 1.010 Religiosas de 57 distintas Congregações, das quais 526 eram angolanas. Havia naquela data em Angola 75 brasileiros: 13 sacerdotes, 1 diácono, 12 irmãos e 50 Religiosas.

II. Visitas e contactos feitos

Dia 23 de janeiro de 1990

1. *Chegada a Luanda*

Ao pé da escada do Boeing da Varig esperavam-nos três Bispos angolanos, tendo à frente o Arcebispo de Lubango, Dom Manuel Franklin da Costa, Presidente da CEAST, especialmente vindo de Lubango para receber a delegação brasileira. Ao seu lado estavam também os Presidentes das duas Conferências de Religiosos e um bom número de missionários brasileiros. Desde o 1º instante sen-

timos o calor da hospitalidade africana que nos iria acompanhar em todos os momentos da visita.

2. *Reunião com os Senhores Bispos*

As 16 horas, na sede da CEAST, tivemos um colóquio inicial com os três Bispos que nos haviam recebido pela manhã no aeroporto. Além de Dom Franklin, estavam presentes Dom Oscar Lino F. Braga, de Benguela, e o Bispo Auxiliar de Luanda, Dom Pedro Luis Scarpa. O Senhor Cardeal Alexandre do Nascimento achava-se em viagem, fora do país.

O Presidente da CEAST apresentou-nos as boas vindas, fez alguns acenos à história e à situação da Igreja angolana e mencionou os laços que prendem as Igrejas de Angola e do Brasil, laços estes ultimamente reforçados pela vinda de tantos missionários. Dom Zico, por sua vez, agradeceu a cordial recepção que tivemos e passou logo a expor o sentido e as motivações desta nossa visita à África. Enfatizou três pontos: a importância de um contacto direto entre as duas Igrejas através de seus respectivos Episcopados, a visita fraterna aos missionários do Brasil e o desejo de escutar e de aprender para encontrar elementos novos na animação missionária de nossa Igreja. Disse que a atual Presidência e a CEP da CNBB vêm chegada a hora de nossa Igreja dar de sua pobreza e de receber as riquezas das Igrejas irmãs da África. O espírito desta visita é de partilha fraterna e também de penitência, uma vez que no passado muito se pecou

contra o homem africano e contra a África, com convivência também do Brasil. Finalizando, Dom Zico disse que nossa Delegação gostaria muito de ouvir dos Senhores Bispos angolanos o que eles esperam de nossa Igreja e o que propõem a ela. Pediu também que nos dissessem como vêem a presença missionária brasileira em Angola.

Respondeu, quase exclusivamente, o Senhor Bispo de Benguela. Louvou e agradeceu o trabalho realizado pelos brasileiros, augurando que se consolide o projeto de Igreja-irmã entre Angola e o Brasil. Com referência ao tipo de ajuda que os Bispos almejam foi incisivo. Insistiu na necessidade da preparação sugerindo que se usasse na formação dos novos a experiência dos veteranos. Disse ser fundamental que o missionário saiba respeitar o país e o povo, que não proponha mudanças intempestivas e que não provoque atritos por suas idéias, especialmente em um país em guerra e numa Igreja que enfrenta enormes desafios. Nem todos servem para a vida missionária; não basta ter boa vontade. É importante que se aceitem as prioridades indicadas pelo Episcopado, coisa que os missionários nem sempre fazem, preferindo fazer o que eles julgam conhecer melhor. Dom Oscar se pronunciou contra as Comunidades religiosas inter-congregacionais. Perguntado a respeito das prioridades em Angola sublinhou a da formação de sacerdotes, Religiosos(as) e leigos (catequistas) angolanos. Mencionou também a Caritas, da qual é o Diretor Nacional, queixando-se da dificuldade

em conseguir colaboradores para este trabalho de grande importância na conjuntura angolana.

3. Eucaristia com os brasileiros

As 18:30 hs concelebramos com 25 brasileiros, na Paróquia de Cristo Rei dos Missionários do Verbo Divino, cujo pároco é brasileiro. Estiveram conosco Dom Franklin e Dom Pedro Luis. Pela primeira vez escutamos as ternas melodias africanas, cantadas em quimbundu, com sotaque brasileiro. Sentimo-nos profundamente unidos ao povo angolano e às nossas Igrejas angolana e brasileira. À noite houve uma festa no terraço da casa dos verbitas. Sob o forte calor da noite angolana fazia-se presente um pedaço do Brasil sintonizado com este povo que se debate entre a esperança e a desolação.

Dia 24 de janeiro de 1990

1. Encontro com os missionários brasileiros

Eram 30 os brasileiros presentes a este dia de intercâmbio. A guerra, infelizmente, impediu que muitos viessem até Luanda, pois não há condução e as estradas são perigosas. Dos 30 presentes, 22 eram mulheres das seguintes Congregações: Jesus Crucificado, Salesianas, Servas do Espírito Santo, Filhas de Santana, Catequistas Franciscanas e Missionárias da Ação Paroquial. Os sacerdotes e Irmãos eram Redentoristas, Servos da Providência, Maristas, Salesianos e Verbitas. Vários deles haviam viajado o dia inteiro para chegar a Luanda, vindos de

várias outras Províncias do país. Acolheram-nos muito cordialmente a Paróquia do Golfe, confiada aos servos da Divina Providência, e as Missionárias de Jesus Crucificado, cuja casa, em Luanda, se encontra ao lado da igreja. Ficamos juntos todo o dia, terminando com a Eucaristia no fim da tarde. Foi bom demais!

2. Conteúdo das comunicações

Foram formuladas três perguntas, às quais o grupo foi respondendo com muita liberdade. Antes cada um se apresentou falando brevemente de sua pessoa. Não há como resumir os depoimentos apresentados com muita carga de sentimento e detalhe.

a) Qual é sua atividade pastoral? Viu-se que todos estão metidos na pastoral direta, prodigalizando os mais diversos tipos de atenção a uma população muito carente e que confia muito em seus missionários. Muito expressivo é o trabalho com os catequistas (em sua formação) e com os catecúmenos. Dá-se uma atenção enorme à catequese infantil, havendo paróquias onde o número de crianças no catecismo chega a até 7.000. A extrema carência da população leva a um atendimento assistencial através da Caritas. A promoção da mulher nos bairros, o trabalho com comunidades cristãs em formação, o atendimento a doentes são outras ocupações sempre citadas. Há brasileiros que atuam como professores em escolas e seminários, colaborando na formação de agentes. O Ir. Carlos, marista, é um respeita-

do professor na Universidade. Na gráfica da CEAST, menina dos olhos do Episcopado, atua um irmão verbita com longos anos de vida em São Paulo. Na Caritas está um salesiano. E assim por diante. Mostrando que os brasileiros estão bem entrosados nas atividades pastorais das dioceses onde atuam. Nos lugares onde atuam. Nos lugares onde não existem padres a presença pastoral das religiosas tem um espectro muito amplo penetrando fundo na vida das comunidades. A situação administrativa cria inúmeros problemas extras, não excluindo o da corrupção, com desvio de material para a venda no mercado paralelo (na candonga, como se diz por aqui). Isto leva as Irmãs à necessidade de enfrentar muitas situações difíceis e o fazem com coragem e habilidade, procurando atender o bem da população à míngua.

A evangelização anterior em quase todos os lugares foi superficial, mas o povo é extremamente religioso. A guerra provoca migrações com desajustes familiares profundos, em um povo no qual a grande estrutura de sustentação é a família. O casamento é outro problema, sendo freqüentes os amigamentos prematuros. A situação dos jovens, com a guerra, tornou-se muito insegura. Muitos são coagidos ao serviço militar ainda quase crianças. De um modo geral os brasileiros sentem que uma grande missão da Igreja é a de sustentar a dignidade da pessoa e o espírito comunitário, apesar das pressões desagregantes.

O trabalho é recompensado pela gratidão e amizade com que o povo retribui o pouco que recebe. Os missionários se sentem acolhidos e aceitos apesar das diferenças culturais e de língua.

Levantou-se uma espécie de queixa: alguns sentem que não têm orientação em seu trabalho. Trabalham muito, mas sem saberem se é mesmo por aí que se deve caminhar. Não há diretivas claras e refletidas desde uma perspectiva de conjunto. Isto gera certa insegurança, principalmente em dois pontos: será que estamos ajudando os angolanos a serem os sujeitos de sua própria vida de Igreja? Será que, especialmente com a "abertura" dos últimos tempos, estamos atuando realmente ali onde a evangelização e o bem do povo são melhor fomentados? Ou, em outras palavras: são estas as atividades exigidas pela nossa missão no momento vivido pelo povo de Angola? Claro que a resposta só pode ser dada pela Igreja angolana, mas enquanto a questão e a resposta não são devidamente enunciadas, alguns se sentem um pouco no ar.

b) Como é a colaboração com os Bispos e a pastoral? Em nível pessoal os missionários se sentem muito acolhidos pelos Bispos (até mais que no Brasil). Mencionou-se que houve um ou outro comportamento infeliz por parte de brasileiros mas, em geral, todos estão bem articulados e percebem que são estimados. Na prática é dada muita atenção ao que os Bispos parecem valorizar: catequese, família, formação, enfermagem, colaboração

na administração etc. Os brasileiros se preocupam em valorizar junto às comunidades os documentos provenientes dos Bispos e fazem questão de participar das atividades programadas por eles. Têm a impressão que alguns Bispos apreciariam uma "disponibilidade" ainda maior, a ponto de pôr em perigo a vivência do carisma da congregação. Este constitui um problema em uma Igreja jovem como a angolana que, além das dificuldades inerentes a este início de caminhada autônoma, tem que enfrentar as duras circunstâncias em que vive atualmente o país. Há quem sinta que ser brasileiro traz uma certa indefinida preocupação para alguns Bispos e Padres. A teologia da libertação funciona como uma espécie de pano vermelho. É como se houvesse uma espécie de receio. Reconhece-se que os Bispos têm inteira razão quando desconfiam da "aplicação" da TL à Angola. Afinal Angola já está esquentada de tantas soluções elaboradas fora de seu contexto e nada mais justo que a Igreja daqui queira salvaguardar sua originalidade e sua identidade. O problema não está nisto e sim no fato de permanecer um vago clima de suspeita pairando no ar. A esta altura da troca de experiências, vários participantes insistiram no perigo de os visitantes levarem uma idéia errônea do relacionamento entre eles e os Bispos. No nível pessoal, de carinho, solicitude e apreço, este relacionamento é muito bom. Todos se sentem acolhidos e o relacionamento entre os missionários e clero é muito bom.

c) Como vocês se sentem em sua realização pessoal? Esta pergunta explicitamente levantada por Dom Zico provocou uma série de comoventes depoimentos. Tudo pode ser resumido na frase de uma religiosa que disse: "O grande dom que Deus me deu já em minha idade madura foi o de vir para Angola". Voltou-se a falar do povo, de seus costumes culturais, das situações criadas pela guerra. A tônica foi a da alegria de estar servindo ao povo em meio a tantas dificuldades, sentindo o forte apoio mútuo intercongregacional e intra-eclesial e percebendo a mútua aceitação entre missionários e comunidades.

3. Novo colóquio com os Bispos

A noite, na sede da Conferência Episcopal, houve um segundo e mais breve colóquio com os Senhores Bispos. Compareceu Dom Zariakamwenho, Bispo de Novo Redondo, que acabara de chegar a Luanda. Dom Zico e Pe. Edênio representaram a delegação brasileira. O objetivo era narrar aos Senhores Bispos algo do que havíamos escutado dos missionários. Foi uma conversa cordial, na qual Dom Zico externou de novo o agradecimento nosso pelo que a Igreja angolana tem feito no sentido de acolher os missionários brasileiros. Resumiu-lhes o essencial das conversas havidas com os nossos missionários ao longo deste frutuoso dia.

Dias 25 e 26 de janeiro de 1990

Estes dois dias foram reservados para visitas "in loco" a algumas missões no interior. A visita a Ben-

guela, importante cidade costeira, mais ao sul, foi cancelada devido às dificuldades de transporte, a conselho do próprio Bispo, Dom Oscar. Pena porque aí trabalham vários brasileiros que nos aguardavam. Para poder atingir um maior número de lugares nossa Delegação dividiu-se em dois grupos: Dom Zico com Pe. Gervásio e Ir. Lurdes foram a Dondo, enquanto Pe. Edênio e Ir. Sônia, usando o avião na ida, conseguiram ir a Malange, bem mais longe. Além disto, foram visitadas as cidades de Kakulama, Ambris e Nzeto, além de Kifangondo. Parte destes itinerários foi cumprida de jeep, o que permitiu ter uma idéia melhor da realidade vivida pelo povo, mesmo em zonas militarmente inseguras. Em todos estes lugares a recepção por parte dos brasileiros e das comunidades foi algo de excepcional. Outros sacerdotes e Religiosos que encontrávamos recebiam-nos também com extrema afabilidade. Em Malange, capital da Província do mesmo nome, o Bispo local, Dom Eugênio Salleso, Secretário da CEAST, ofereceu um jantar aos hóspedes, convidando para o mesmo as Religiosas brasileiras e os sacerdotes diocesanos. As conversas durante este jantar lançaram luz sobre inúmeros aspectos da situação da Igreja e do país, sobre inúmeros aspectos da situação da Igreja e do país, sobre a história angolana, a pastoral catequética e a cultura quimbundu. A aula prática mais eloqüente foi a viagem de 11 horas através da região que vai do Rio Qwantas até o mar, passando por inúmeras aldeias e pequenas cidades. O grupo

que foi mais longe só regressou no sábado, à noite, após uma viagem aventureira. O outro grupo, o de Dom Zico, já voltou na 6ª-feira, uma vez que haviam sido marcados dois importantes encontros para o dia de sábado, 27 de janeiro.

Dia 27 de janeiro de 1990

1. Encontro com o Senhor Delegado Apostólico, Dom Fortunato Baldelli

Dom Fortunato recebeu com muita cordialidade o pequeno grupo. Ofereceu explicações elucidativas sobre a situação de Angola, a guerra e suas conseqüências. O povo, disse-nos ele, confia na Igreja. Repisou que o grande problema em Angola é o da formação. Só um clero diocesano convicto e bem formado dará solidez à Igreja. A própria Vida Religiosa firmará melhor sua identidade só quando houver um clero autóctone bem preparado. O Delegado Apostólico elogiou bastante a Vida Religiosa em Angola, principalmente a Vida Religiosa feminina, que dá um grande testemunho de inserção, de comunhão e de ajuda mútua. As Religiosas demonstram grande coragem e sabem organizar bem suas programações sempre apoiando-se mutuamente sem distinção de congregações. Dom Baldelli teceu longos comentários sobre a importância do catequista na Igreja da África. Valorizou muito sua figura e função que se assemelha à do diácono. O catequista é a alma da comunidade e a evangelização passa em boa parte por ele. Agradeceu a iniciativa da Igreja do Brasil, sugerindo

que a repetíssemos, pois tais visitas expressam a solidariedade inter-eclesial. Dom Zico, por sua vez, explicou novamente o que estávamos fazendo aqui e agradeceu ao Senhor Delegado Apostólico pelas duas horas de instrutiva e objetiva conversação.

2. Encontro com as duas Conferências de Religiosos

Dia 25, quinta-feira, na sede da Conferência Episcopal — CEAST, tivemos encontro com os presidentes e diretores das Conferências dos religiosos de Angola: USMIRFA (das mulheres) e USMIRNA (dos homens).

Depois de mútua apresentação, D. Zico colocou os objetivos da viagem. Acentuou que o encontro com USMIRFA e USMIRNA tinha caráter fraterno e o objetivo de estabelecer laços de comunhão onde muitos brasileiros vivem e trabalham. As duas Diretorias colocaram sucintamente a situação das Conferências.

A programação religiosa tem como prioridade a formação e para atendê-la, as Conferências mantêm alguns programas: apoio à formação permanente; encontros e cursos para junioristas, agentes de enfermagem e formadores.

Sentem a alegria de ver o desabrochar de vocações nativas.

Colocaram como uma das grandes dificuldades a carência de pessoas para ajudar na formação, principalmente a partir do noviciado, por isso pedem:

— professores para colaborar nos conteúdos formativos; — ajuda na criação de algum curso ou instituto de formação; — envio de livros na área de formação e também outros; — ajuda na publicação de livros.

Agradeceram muito a visita e valorizaram o esforço do Brasil em preparar seus missionários. Deram sugestão de convidar os religiosos que têm experiência de trabalho missionário para falar aos que se preparam para ir às terras de missão.

Dia 28 de janeiro de 1990

O domingo teve duas programações bem distintas. Pela manhã nos distribuímos por diversas comunidades da periferia e do centro de Luanda participando das missas dominicais e também de outras atividades. À tarde tivemos mais um encontro com os brasileiros para uma tarde de espiritualidade.

Tarde de espiritualidade

Apesar do domingo prender os agentes de pastoral foram muitos os que compareceram à tarde de espiritualidade que, na programação inicial, deveria ter ocupado todo o dia de 2ª-feira.

Em primeiro momento, P. Edênio apresentou algumas reflexões sobre o tema da missão. Partindo de algumas considerações teológico-pastorais ele encaminhou a reflexão para a experiência missionária vivida pelos participantes nestes anos de serviço à Igreja e ao povo angolano.

Iano. Formulou duas perguntas para serem aprofundadas sob a forma de depoimento em pequenos grupos de 8 pessoas. Formaram-se 4 grupos.

A 1ª pergunta era a seguinte: com base em sua experiência de vida missionária, quais são os pontos de força da espiritualidade que Você busca viver? As respostas foram lindas e não se pode resumí-las guardando toda a força de testemunho que possuíam quando apresentadas nos grupos e, em seguida, em plenário. Eis alguns flashes: sentir-se chamado é a grande força; a necessidade vivida de assumir a salvação do irmão; a extraordinária receptividade encontrada junto ao povo; a alegria e o sentido de partilha deste povo que sofre tanto e mantém viva sua fé; o sentido de partilha que possuem nos ensina a generosidade e a exige de nós (kenosis); ver face a face o crucificado, o carente de tudo; experimentar que Deus é o Deus dos simples e que está tão perto que o apalpamos; a grande amizade e cooperação existente entre os missionários, incluídos aí os padres diocesanos e Bispos; o acolhimento da Palavra; o povo nos ensina a nos alegrarmos com o mínimo; a sabedoria de vida deste povo; Deus se utiliza dos simples para confundir os sábios: nós o experimentamos tantas vezes de maneira bem concreta; o abandono nas mãos de Deus; "não tenhas medo", etc.

A 2ª pergunta: O que você tem a dizer à Igreja do Brasil, desde esta sua experiência missionária? Parte da resposta a esta pergunta

parece ter sido condicionada pelo forte teor espiritual da reflexão feita em torno da primeira pergunta. Assim, por exemplo, alguns se deram em traçar o perfil espiritual do missionário ideal: uma pessoa simples, capaz de renascer, de se despojar, de escutar muito, de se tornar aprendiz; vir desprovido de toda e qualquer bagagem; respeitar uma igreja simples, sem divisões internas; ser presença de fé e esperança para o povo; estar ao seu lado compassivamente; ser flexível; ter grande respeito ao outro; ter capacidade de improvisar; saber de tudo um pouco, etc. Em especial, esperar.

Insistiu-se que deveriam ser mandadas para a África pessoas que tivessem demonstrado no Brasil capacidade de amar o povo e de ser também criticadas. Não se pode estudar e aprender o que é bom no Brasil para se aplicar aqui. A realidade aqui é outra. Isto não significa que não se possa dar uma contribuição útil desde a experiência brasileira. Mais especificamente se pediu:

a) Que a CNBB, a CRB e outros Organismos missionários ajudem a preparar os que são enviados, orientando, acompanhando, dando as primeiras pistas quanto à realidade, à cultura e à Igreja.

b) Sente-se falta de um acompanhamento avaliativo. Os que chegam são lançados a um trabalho absorvente sem ter referências claras. Não têm como se avaliar, como estudar, melhorar, aprender da própria experiência. Não se tem ajuda adequada para o aprofundamento

espiritual e pastoral. Não se trata apenas da influência negativa da guerra. Falta de fato uma instância formativa.

c) Pede-se que a Igreja do Brasil cuide mais da formação missionária da consciência cristã de nosso povo; pensar algo mais concreto que possa chegar também até os missionários.

d) Seria bom que os missionários pudessem ter uma reciclagem durante os períodos de férias; aqui corre-se o risco de um certo empobrecimento espiritual e teológico, pois as coisas caminham com dificuldade e as solicitações são muitas.

e) Os missionários gostariam de estar melhor informados: faltam revistas, livros, serviços mais regulares de informação.

f) Estabelecer um programa orgânico semelhante ao das Igrejas-irmãs.

III. Impressões iniciais e idéias a considerar

Nesta parte do relatório procuramos sintetizar as impressões colhidas ao longo destes dias de intensos contatos. O que segue tem, portanto, somente valor de impressões.

1. Impressões iniciais

Sobre o país.

* Um país realmente em guerra: esta é a impressão dominante e inicial. A economia está desarticulada, tudo parece estragado, na capital e no interior; reina uma situação generalizada de miséria; falta

tudo para se comprar pelas vias oficiais, levando o povo a criar uma extensa rede paralela de trocas e compras; há uma presença ostensiva de soldados armados e de tropas; jovens de apenas 13 ou 14 anos são "arreatados" (rusga) para o serviço militar obrigatório; faltam quadros administrativos: os elementos que teriam preparo estão engajados no esforço de guerra. Olhando um pouco mais criticamente, parece-nos que: o desmantelamento da economia obedece a interesses internacionais os mais diversos; o subdesenvolvimento atual de Angola não é o resultado (apenas) da guerra interna ou da má administração e sim fruto de um sistema colonial iníquo. A Igreja não está isenta de responsabilidade no que tange este ponto. Pode-se perceber em Angola as virtudes e os vícios do sistema socialista, especialmente a distância entre o discurso social e a realidade quotidiana do povo (habitação, saúde, alimentação, educação). A guerra (a que de fato condiciona quase tudo) parece estar sendo usada como uma espécie de "álibi" para justificar tudo o que não funciona. Talvez também os missionários com quem falamos estejam incidindo neste desvio de perspectiva. Tem-se a impressão de que muita coisa é fruto de uma política propositada do capitalismo internacional e da curiosa simbiose que estabeleceu com os regimes socialistas da África. Estes também têm seus erros, entre outros o da corrupção e o de um certo distanciamento dos anseios do povo e da realidade concreta do país. A burocracia é um

fato avassalador que dificulta o planejamento (centralizado no sistema) e a distribuição. A imensa rede comercial paralela (a "candonga") é o recurso que o povo encontrou para subsistir, mas, ao mesmo tempo, por trás dela se escondem os interesses do mercado capitalista: em Luanda se encontra qualquer tipo de cerveja enlatada ou de uísque. O que mais nos doe foi ver que Angola (assim como o Brasil) é um país que tem tudo para crescer e se tornar uma grande nação e, no entanto, não está conseguindo sair das armadilhas e grilhões que lhe foram preparados ao longo de sua história. Conhecendo Angola sentimos a importância de uma visão global (pan-africana) do destino do Continente negro, para lá das circunstâncias próprias de cada sistema colonial (o português, o francês, o inglês, etc.).

* De um ponto de vista mais político e social percebe-se que reina no país certa igualdade; a Angola de hoje é uma sociedade igualitária, onde quase não se vêem os privilegiados. Mas, de fato existem as discriminações e há quem seja "mais igual", mesmo em pequenos lugares do interior. Os eclesiásticos, com a distensão, estão incluídos entre estes "mais iguais", o que coloca para os missionários um dilema: viver a vida do povo ou aceitar os privilégios (que às vezes nem são nada de extraordinário)? Um aspecto muito peculiar é o das tribos. O tribalismo é uma realidade importante na organização social africana que tudo perpassa. O regime socialista não consegue elimi-

nar este fato primordial. Tampouco a pregação universalista do Cristianismo. Há quem diga que por trás da guerra em curso existe um pano de fundo tribal. A urbanização forçada e a migração irão mexer com a tradicional separação territorial, lingüística e social dos grandes grupos étnico-culturais (kikongo, kimbundo, umbundo, kioko, guanguela, cuanhama, etc., e o mestiço-português assimilado. Há também a poderosa influência do leste europeu).

* O povo angolano, como um todo, parece ser extremamente acolhedor. Em todo lugar crianças e adultos saúdam os missionários com amabilidade, alegria não fingida. É um povo sorridente, apesar das durezas a que se vê submetido. É também um povo religioso, não obstante o regime assumir uma postura contrária à religião.

* Nossos missionários brasileiros, parecem viver contentes. Há certas privações inevitáveis, mas todos conseguem viver dentro de padrões mínimos quanto à residência, alimentação e vestuário. Em geral todos estão motorizados. O sustento dos missionários vem, em alguns casos, mais das Congregações; em outros, é a Diocese que provê tudo o que se faz necessário. A assistência à saúde é precária, devido à falta de hospitais e centros de saúde equipados. Em comparação ao povo, porém, também neste ponto os missionários acham-se em boa situação. Casos realmente sérios precisam ser encaminhados ao exterior. As doenças tropicais po-

dem ser tratadas no próprio país. Quase todos conhecem de perto a malária e as disenterias e aprenderam a conviver com elas. O problema é que os remédios afetam o fígado. Nossos missionários, ao lado dos demais, dão inegavelmente um belo testemunho de coragem (viver em circunstâncias de perigo), de fé (crer e testemunhar com a vida a fé) e de amor (servir incansavelmente ao povo, curando-lhe as feridas e caminhando com ele). É edificante o que vimos e ouvimos.

Sobre o povo angolano ainda uma observação: impressionou-nos sua dignidade. Apesar das necessidades, ninguém nos estendeu a mão para pedir uma esmola (remédios, sim); ao contrário, em mais de uma ocasião nos presentearam com frangos, bananas e batatas.

* Igreja em Angola

= Os documentos do Episcopado: voz profética e oportuna que se levanta sem fazer muito barulho. O último documento sobre a questão da paz provocou forte reação do Governo.

= Aqui e ali parecem existir reações negativas à Igreja do Brasil, seja à "Teologia da Libertação", tomada genericamente, seja à pastoral de nossa Igreja ou à pessoa de alguns de seus Bispos. Neste campo um melhor conhecimento mútuo afastará seguramente o que é preconceito, deixando espaço ao respeito mútuo, ao intercâmbio e ao diálogo sincero. Foi o que sentimos ao conhecer pessoalmente alguns dos Bispos. Da parte de nossa Igreja há muito desconhecimento

sobre o que se passa em Angola e na África.

= A liturgia é de grande vivacidade e há boa participação. As danças em certos momentos da celebração são moderadas e bonitas. Não é toda a assembléia que dança, apenas algumas pessoas. Os demais acompanham com naturalidade o ritmo dos lindos cânticos, entoados em português (que é uma espécie de língua geral) e nas distintas línguas. Em Luanda participamos de celebrações em que o povo cantou em 5 distintos idiomas. A devoção e o clima espiritual são marcantes. Mesmo em missas celebradas debaixo de imensos umbundeiros (árvores símbolo de Angola) a atenção e o respeito eram a grande característica, embora a cerimônia durasse 90 minutos dados os intermináveis cânticos, nos quais o cantor chefe pode introduzir elementos espontâneos na oração.

= É notável o que se faz na catequese. Surpreende o número de catequistas (homens, sobretudo), o número de alunos e a organização do centro catequético, por exemplo em Luanda ou em Malanje. Os Bispos dão grande importância a este trabalho básico de formação cristã.

= No campo vocacional, Angola faz um grande esforço. As vocações são numerosas, embora se discuta a respeito de suas motivações. A formação do clero e das Religiosas(os) autóctones e dos catequistas pareceu-nos ser uma das maiores preocupações do Episcopado. Há 4 seminários maiores e um Instituto de Ciências Religiosas, os quais lutam com o problema de professo-

res, de formadores e de bibliotecas adequadas.

= O número de Religiosas angolanas tem crescido muito. Há várias Congregações diocesanas. Quase todas as Congregações internacionais têm-se esforçado por conseguir boas vocações e para dar às jovens angolanas uma formação mais vizinha à sua cultura e às necessidades de sua Igreja e pátria. Contam nisto com o mesmo apoio que o Episcopado lhes dá em seu trabalho apostólico e em sua vida religiosa. As Congregações brasileiras estão bem atentas a este aspecto da inserção vocacional.

= A "Caritas" (internacional e diocesana) tem importante atividade em todo o país. Devido às circunstâncias seu estilo de trabalho vai mais na linha da distribuição de alimentos, roupas, remédios, etc. Em alguns lugares notamos que se procura evitar o assistencialismo, mas é difícil em alguns casos. Os missionários tentam superar a "superioridade" que lhes conferem os donativos através de uma proximidade maior com o povo e procurando envolver os próprios angolanos nesta tarefa de assistir aos seus irmãos desvalidos.

= Interessante notar que a "missão católica" é uma das coisas que funcionam em Angola, pois aí é possível certa regularidade e planejam-se os trabalhos, mesmo se precariamente. As outras instâncias de solução geralmente não funcionam. Com isto o missionário, especialmente as religiosas enfermeiras, desenvolvem importante papel social e têm prestígio e credibilidade.

2. Algumas sugestões a serem consideradas no Brasil

a) Convidar os senhores Bispos de Angola a encontrarem-se conosco (Conselho Permanente, CEP, etc.) com a finalidade de propiciar um melhor conhecimento mútuo e de quebrar, assim, eventuais distâncias ou reticências não justificadas.

b) O Senhor Delegado Apostólico falou-nos da necessidade que Angola tem de Formadores e Professores para seus Seminários.

c) A Conferência dos Religiosos (USMIRNA) pede ajuda quanto aos livros e revistas e gostaria de um apoio por parte das editoras católicas do Brasil. Os brasileiros pedem o mesmo.

d) No campo da formação permanente parece existir um espaço para uma ajuda desde o Brasil.

e) Interessa e foi sugerido que em cursos promovidos para missionários no Brasil estejam presentes "peritos" da própria África, para se garantir uma boa apresentação da realidade.

f) As Comunidades religiosas de brasileiros gostariam de ter o Diretório Litúrgico do Brasil e de receber regularmente algum material de sua pátria.

g) O nosso Centro Cultural Missionário, em Brasília, poderia tentar organizar um acervo permanente com material sobre a África e de procedência africana (documentos dos Episcopados, vídeo-cassetes, mapas, livros básicos a respeito dos

principais problemas, etc.). Nisto os missionários brasileiros que vêm para as férias poderiam ser de grande valia.

h) A grande questão: haveria condições de se estabelecer algo semelhante a um projeto de Igrejas-Irmãs entre Regionais, Províncias Eclesiásticas ou mesmo Dioceses do Brasil e Províncias, Dioceses de Angola? A partir de visitas mútuas estas igrejas-irmãs poderiam chegar a convênios de apoio mútuo quanto a projetos bem concretos, com apoio financeiro, de pessoal, etc. Na execução dos projetos todas as forças vivas dos "partners" tentariam se unir sob a direção dos Bispos, mas com efetivo apoio das congregações, paróquias, obras católicas, leigos, etc. A "propaganda" missionária e a formação da consciência missionária tornar-se-iam destarte muito mais vivas e eficientes. O povo e a Igreja angolana teriam um rosto bem preciso e a causa missionária entraria com maior facilidade em nossa pastoral de conjunto.

MOÇAMBIQUE: DA REALIDADE DA GUERRA A ESPERANÇA DA PAZ

I. Visão geral do país e da Igreja

O país

A República Popular de Moçambique tem vários traços em comum com a de Angola: mesmo passado colonial português, idêntica história da evangelização, semelhante

roteiro político social no recente período de independência. A guerra é o outro aspecto comum que se tornou, também em Moçambique, o elemento dominante de toda a realidade do país.

Moçambique é menor: tem 780 mil km². Possui uma costa extensa (2.800 km), do lado do Oceano Índico. Sua população atual é de 15 milhões de habitantes. Falam cerca de 16 línguas diferentes, todas de raiz bantu. Aproximadamente 2,5 milhões dos habitantes são católicos (17%); os cristãos de outras denominações são 12%; os demais cultuam as crenças ancestrais, abaladas pelo impacto das transformações políticas (do socialismo), pela situação de guerra permanente, pelas deslocções internas de grupos étnicos, etc. Os muçulmanos têm forte presença na parte norte do país. Maputo, a bela capital moçambicana, situada bem ao sul, vizinha à África do Sul, tem aproximadamente 1,1 milhão de habitantes, dos quais 400 mil são deslocados de guerra.

Para se ter uma idéia da violência da guerra vejam-se os números que nos foram apresentados estimativamente: mortos = 1 milhão; mutilados de guerra = 1,5 milhão; refugiados e deslocados = 1,5 milhão. Isto em um país de apenas 15 milhões de habitantes, cuja economia e sociedade experimentaram longos séculos de opressão.

A Igreja

A história da evangelização de Moçambique tem início em 1498.

Cheia, naturalmente, de altos e baixos. Desde a independência (1974) a Igreja vive uma nova fase caracterizada pela construção de uma Igreja local, dotada de vitalidade interna e capacidade de testemunho, malgrado alguns períodos de sérias dificuldades por parte do Governo.

Atualmente existem em Moçambique 9 Dioceses. Dessas, 3 são Arquidioceses (Maputo, Beira, Nampula). O Arcebispo de Maputo, D. Alexandre José dos Santos, primeiro Bispo negro moçambicano, é Cardeal desde 1988. Quase todos os Bispos são moçambicanos. A C.E.M. (Conferência Episcopal Moçambicana) foi reorganizada nos anos 75-76. Marcou a história recente de Moçambique por suas tomadas de posição, expressas em documentos de grande repercussão, por sua atuação em favor da paz e por suas opções pastorais claras e influentes. À primeira vista, visitando as comunidades, conversando com os responsáveis pela pastoral ou lendo os inúmeros textos emanados do Episcopado moçambicano, não se pode fugir à impressão de que existem várias afinidades entre a Igreja e a pastoral de Moçambique e do Brasil.

No fim do período português, os sacerdotes eram, em Moçambique, cerca de 850; hoje são 267 e relativamente poucos, 41, nascidos no país. As Religiosas eram 1.800; hoje são 580, sendo que a presença de irmãs moçambicanas é crescente: 177. Os irmãos eram 210; hoje são 59, dos quais 8 moçambicanos. No caso dos presbíteros, quase

todos pertencem a institutos religiosos (241). O Episcopado inaugurou, faz pouco tempo, um belo Seminário Maior Central. No momento está lotado, o que traz muita esperança para o futuro.

II. Visitas e contactos feitos

Dia 29 de janeiro 1990

Chegamos a Maputo na tarde do dia 29. Receberam-nos no aeroporto o Secretário da CEM e o Presidente da Conferência dos Religiosos (CIRM), P. Norberto Ribeiro Louro, Missionário da Consolata. Juntamente com eles, um bom número de missionárias e missionários do Brasil. A recepção foi muito cordial. Hospedamo-nos na residência do Sr. Cardeal que, infelizmente, se encontrava hospitalizado, fora do país.

Dia 30 de janeiro de 1990

A parte da manhã foi dedicada à avaliação da visita a Angola e à preparação da nossa agenda de trabalho em Moçambique que previa dois grandes momentos. O primeiro de 2 dias, na capital e o segundo em Nampula, no norte, onde teríamos um encontro com os Senhores Bispos da região.

Na parte da tarde, visitamos o Seminário Maior (Teologia), cuja direção está confiada aos Padres Brancos, mas cujo funcionamento (corpo docente, especialmente) depende da ajuda de todo o pessoal qualificado da Igreja local. Os prédios são novos e bonitos. A casa está com sua lotação completa. Tem-

se boa impressão do conjunto. No momento, esta solução parece ser a única viável. Com o fim da guerra e em condições de plena liberdade provavelmente a Igreja deverá investir muito mais na formação dos presbíteros, aumentando e diversificando as casas de formação. Como em Angola, vimos que também aqui a questão da formação representa um dos nervos da consolidação da Igreja local. Há aqui espaço para uma inter-ajuda da parte da Igreja do Brasil.

Um segundo ponto de nossa agenda foi a visita ao Embaixador do Brasil, através da intermediação dos irmãos maristas brasileiros. A conversa com o Embaixador ajudou-nos a formar um primeiro quadro geral da situação sócio-política e econômica do país. Confirmou, além disto, que também entre os diplomatas a Igreja é vista como uma das forças de maior autoridade na reconstrução do país e na transição para a paz.

Encontro com as Conferências de Religiosos

Na tarde do mesmo dia tivemos interessante reunião com as diretorias das duas Conferências de Religiosos, a masculina (CIRM) e a feminina (Conferemo). O encontro teve lugar na nova sede das Conferências, contando com a presença de cerca de 15 religiosas e religiosos de várias Congregações. Foi uma conversa instrutiva, cujos pontos principais foram os seguintes:

* Política recente e revolução: em Moçambique houve apenas um

movimento de libertação nacional (Frelimo) e não três distintos, como em Angola.

Esse movimento conseguiu chegar até às aldeias, logrando mobilizar o povo na linha de uma identidade moçambicana. O esforço inicial de atingir as bases gerou certa unidade, disciplina e senso de respeito dentro da revolução moçambicana. Só quando o Frelimo se tornou um partido político formal e assumiu feição partidária marxista-leninista única é que a antiga Frente começou a se fracionar. Surge a Renamo, com apoio rodesiano e sul-africano, obedecendo a outros interesses e posições ideológicas e políticas. A situação geral do país se deteriorou com as violentas e longas operações de guerra e de rapina. Não se trata de uma guerra entre exército e exército e sim de um confronto um tanto caótico de facções e de bandos armados. Nasce daí uma situação de destruição e insegurança física e moral do povo. Também os missionários são fortemente afetados: há matanças terríveis em estações de missão, mais de 50 missionários foram raptados, 6 foram assassinados, os catequistas mortos são incontáveis. O povo das aldeias deve fugir para proteger sua vida.

* Para a Igreja as repercussões desta situação política (partido político único, regime anti-religioso, guerra interna), tiveram como que duas fases. Em um primeiro momento a Igreja (Bispos, sacerdotes, religiosos(as), comunidades) sofreu uma hostilização direta do regime. Foi despojada de seus bens,

teve prejudicados seus canais de acesso ao povo e à juventude, experimentou restrições de vários tipos. Tudo isto purificou a Igreja. Apesar da saída de um grande número de padres e religiosos(as), apesar dos pecados da época colonial, ela soube suportar com paciência. Não reivindicou o que perdera. Apoiou a independência enquanto movimento nacional. Parece que aos poucos a Frelimo perdeu o receio de a Igreja tornar-se sua concorrente. O Governo começou a dar sinais de boa vontade. A Igreja, pela voz do Episcopado, teve importante atuação nas mediações de paz. Os religiosos não se recusaram a colaborar no trabalho social. Hoje, por exemplo, 47% deles atuam em obras sociais.

Nas regiões urbanas a ação política de ideologização do Governo teve influência sobre as comunidades cristãs e os fiéis. No momento este efeito negativo está muito atenuado, já que de uns 3 anos para cá houve liberalização econômica e política. Nas zonas rurais muitos missionários se viram coagidos a sair. O resultado final desta ausência forçada foi o surgimento de um laicato pastoralmente muito ativo. As comunidades, ao invés de morrerem de inanição, até se sentiram reanimadas na fé. Moçambique, mais que outros países, tem uma "Igreja ministerial".

* A pressão sobre a Igreja e a fé suscitou nos Religiosos necessidades novas. Três têm especial significado: a necessidade de maior comunhão e apoio intercongregacional, a de enraizamento na Igreja

local e na realidade do povo e do país e, finalmente, a de um trabalho vocacional mais sólido. Tudo isto está suscitando uma Vida Religiosa de características moçambicanas.

Os religiosos são a quase totalidade do clero de Moçambique. Os sacerdotes nativos não passam de 40, dos quais apenas 20 são diocesanos. Entende-se, assim, a importância da formação entre os objetivos da Igreja moçambicana.

* A questão da paz é a grande questão de Moçambique. Em 1985, um documento dos Bispos ("A paz que o povo quer") provocou efeitos sobre a situação aparentemente sem saída. É um documento honestamente claro e objetivo com um forte apelo ao diálogo como único caminho possível para as duas partes em guerra. Com a mediação de Bispos deram-se as primeiras conversações de paz, em Nairóbi. Mais tarde, os presidentes do Kênia e Zimbawe assumiram a função de mediadores oficiais. As conversações avançaram. A paz parece ser um objetivo já à mão, após anos de guerra. As mudanças do Leste Europeu exercem pressão neste sentido.

A economia do país ficou reduzida quase a zero durante os anos mais intensos da guerra. Houve estagnação da produção agrícola. A fome cresceu assustadoramente. O desabastecimento foi total. Há 3 anos atrás as lojas e mercados estavam completamente vazios. Após um acordo com FMI (!) o Governo lançou o chamado Programa de Renovação Econômica. A re-

cessão foi violenta, provocando desemprego, etc., mas os resultados logo se fizeram sentir, dentro dos pressupostos usuais da receita do FMI: agora há produtos nas lojas, a economia retoma suas atividades; só que o povo não tem dinheiro para comprar! Em fins de 1989 surgiram, pela primeira vez, reivindicações e greves de trabalhadores e de funcionários do Governo. Este, para segurar as pressões, transformou o PRE em PRES, isto é, Programa de Renovação Econômica e Social. Oxalá dê certo ou, ao menos, ajude a minorar o sofrimento do povo.

Dia 31 de janeiro de 1990

Encontro com os Religiosos(as) do Brasil

Eram mais de 20 os missionários brasileiros com quem nos encontramos. Alguns já conhecíamos, do aeroporto e de encontros casuais, outros, víamos pela primeira vez. Gente de várias famílias religiosas (franciscanos, Consolata, salesianas, paulinas, vicentinas, vicentinos, jesuítas, franciscanas hospitalares, maristas, sacramentinos), brasileiros vindos de vários estados (mineiros, baianos, gaúchos, catarinenses, potiguares). Foi uma alegria muito grande! Havia muita coisa a contar e muitas perguntas a fazer.

Após a apresentação geral foram abordados, de forma bem esponsânea, os seguintes tópicos.

A situação geral do país

* A situação geral do país foi descrita não tanto através de refe-

rências políticas e sócio-econômicas, mas através de relatos vivos de quem está mergulhado naquele mundo e identificado com aquele povo. Partindo de situações e episódios bem concretos, acontecidos em diversas regiões do país, foi-nos apresentado um quadro do dia-a-dia do missionário, das comunidades e do povo. Para que se tenha o sabor dos relatos:

— é mais seguro dormir na mata do que nas casas, dentro das aldeias, devido aos assaltos, incêndios e seqüestros;

— certas aldeias estão cercadas com cercas eletrificadas de arame farpado;

— os guerrilheiros são quase sempre muito jovens ou mesmo crianças;

— há muita crueldade, há drogas. Há muita vingança (traço da cultura);

— os seqüestros são para conseguir carregadores de bagagem;

— há muita fome entre os guerrilheiros e também entre as tropas regulares. Por vezes a situação é tão ambígua que não se sabe quem é quem;

— os missionários(as) vivem no mesmo sobressalto e medo do povo. Sofrem as mesmas ameaças de assaltos, seqüestros e mortes;

— há o problema da delinquência (bandos de assaltantes), às vezes juvenil;

— a destruição de costumes e valores básicos africanos é intensa:

tribo, família, hospitalidade, abandono de crianças, desagregação comunitária, etc. Também a religião é gravemente afetada.

A situação da Igreja e da missão

* Do ponto de vista da missão, foram levantados questionamentos muito sérios e complexos. A situação de carestia vigente é tal que o país e o povo só conseguem viver e sobreviver através de donativos maciços provenientes do exterior. Alguns chegam a dizer que uma das razões da continuidade da guerra é exatamente este fluxo ininterrupto de "ajuda" externa. Há setores interessados em manter tal situação da qual tiram proveito e prestígio, manipulando e desviando mercadorias de todo tipo. Comércio ilegítimo, corrupção e guerra passam a formar um tripé sobre o qual se constrói um "status quo" nocivo ao povo.

Como Igreja, os cristãos correm o perigo de se verem envolvidos nessa situação. As Igrejas, nos últimos tempos, têm a permissão do Governo para receber ajuda direta do exterior (via Caritas, etc.). Por seus canais, passam materiais, víveres e equipamentos vários que têm mais valor que o próprio dinheiro. Há com isto 2 perigos. Primeiro, o de a Igreja (Bispos, missionários, paróquias) ser procurada em função deste novo poder de que está investida. Em segundo lugar, o de favorecer, mesmo involuntariamente, esta situação prejudicial ao povo a qual sob o pretexto de aju-

dar, acaba impedindo o desenvolvimento verdadeiro e as próprias negociações de paz. Cria além disto, hábitos de dependência indesejáveis e faz a Igreja parecer, de novo, uma "estrutura" (expressão moçambicana para designar instâncias governamentais e partidárias), mais ou menos como nos tempos da colônia. Alguns sentem que aqui há espaço para um gesto profético da Igreja.

* Acentuou-se também a situação de provisoriedade em que todos se encontram. No interior do país, nas aldeias, é bem pouco o que se pode fazer. Na maioria das regiões nem se pode permanecer, devido aos combates. Isto obriga os missionários a se concentrarem mais nas cidades, especialmente em Maputo. A situação geral é de espera, de provisoriedade. Os brasileiros se perguntam com os demais o que fazer neste meio tempo, onde melhor aplicar suas forças até que a normalização da vida do país permita uma pastoral orgânica bem articulada que cubra todo o país e responda melhor às necessidades do povo.

* Eis alguns "flashes" das observações que escutamos:

— As vocações aumentam, o que é animador. Mas a que se deve esse surto vocacional? Nota-se que a cultura familiar é "alérgica" a vocações como essa que a mina em seu gregarismo.

— Nos anos da independência havia uma brecha para a Igreja ser

“do povo”; agora, se ela se tornar rica e poderosa ela poderá estar perdendo definitivamente essa chance e fechando o que resta da brecha.

— “Eu busco me encarnar mais e mais neste povo: tarefa longa e difícil. Penso que o importante é criar uma pastoral nascida das comunidades, do povo. Temo que a Igreja mude mais o verniz que o cerne. A inculturação será, então, aparente. No fundo, não mudará muito em relação ao que era antes”.

— “O povo é muito acolhedor, apesar da terrível situação em que vive; nas regiões sem padre o povo mantém vivos a fé, o culto e a catequese”.

— “A evangelização não é fazer, fazer, fazer e sim estar a viver com eles, escutá-los, descobri-los como são, através de trocas recíprocas. É por aí que passa o Evangelho”.

— “Tenho feito força contra o que recebi do sistema de formação europeu; busco o enraizamento aqui”.

— “Ao chegar aqui fiquei em uma paróquia; por aí me afastei do povo. Agora vejo melhor as possibilidades de uma igreja ministerial, na qual minha função é de acompanhar, caminhar junto. Minha alegria, hoje, é ver como eles assumem, também se o padre não está presente”.

— “O que me dá mais alegria é o trabalho com os catequistas. Eles chegam ali onde nós não podemos”.

— “Os cristãos são um exemplo de fé e confiança em Deus. Nós religiosos, parece, estamos conseguindo ser sinal de esperança, de que a mudança é possível”.

— “A juventude vibra”.

— “Na escola, como professor, não posso falar de Deus, mas o trabalho compensa e é reconhecido pelos alunos e pela “estrutura”. Tenho esperança de voltar para uma Escola Normal na Zambésia onde formei centenas de quadros”.

— “A liturgia da Missa é sempre uma festa”.

— “Tudo mudou dentro de mim com uma igreja corajosa e viva. Em 1972 estávamos na linha de risco, opondo-nos à Igreja “portuguesa” que, por exemplo, não deixava os moçambicanos entrarem na catedral da diocese. Fomos para os bairros populares, sentimos a pressão da política portuguesa”.

** O que vocês propõem à Igreja do Brasil?*

— Intercomunicação de experiências; — institucionalização de visitas como essa; — solidariedade na questão da paz; — apoio na formação da V.R. e do clero; — que os moçambicanos possam se especializar no Brasil; — que recebamos revistas e livros do Brasil: talvez criando-se uma espécie de “Centro informativo”, junto às Paulinas, em Maputo; — enviar pessoas que possam animar e formar a nós e à nossa Igreja mesmo que venham por pouco tempo.

Na tarde deste mesmo dia tivemos uma reunião com as congregações religiosas, principalmente as sediadas em Maputo. Compareceram cerca de 120 pessoas.

Partimos de uma espécie de painél, no qual tentamos oferecer aos presentes um quadro geral da vida e da realidade de nossa Igreja do Brasil e de sua Vida Religiosa. Em seguida foram levantadas questões muito interessantes. Por quase duas horas debatemos, com os Religiosos e Religiosas presentes, distintos aspectos da Igreja do Brasil. Por vezes indagávamos a respeito de Moçambique, estabelecendo paralelos e apontando as diferenças existentes. Foi um debate extremamente proveitoso para nós. Esperamos que o tenha sido também para nossos interlocutores e atentos ouvintes. Saímos convencidos de que são muitos os laços de fraternidade que unem as duas Igrejas e que representam pistas possíveis para o fortalecimento do intercâmbio missionário entre ambas.

Dia 1 de fevereiro de 1990

Reunião com Pastoralistas

Nossa reunião com os Padres José Casas e Luciano da Costa Ferreira se deveu à impossibilidade de visitar o norte do país, devido à ausência de vôos. Este fato nos reteve em Maputo, dando-nos ensejo a visitas a paróquias, comunidades e casas religiosas. Na tarde do dia 1º de fevereiro planejamos este encontro com estes dois sacerdotes,

especialistas na área da pastoral. Será difícil resumir toda a riqueza do quadro que nos foi oferecido nesta ocasião, em complementação ao que escutávamos em encontros formais ou em conversas isoladas com várias pessoas conhecedoras da situação local, como Frei Adriano, Secretário da Conferência Episcopal, Frei Marques, Secretário do Senhor Cardeal, P. Norberto, Presidente da Conferência de Religiosos e tantos outros, inclusive os brasileiros. Elenquamos alguns pontos, procurando evitar repetições do que já foi dito nos relatos anteriores.

Visão de conjunto da Pastoral Moçambicana

* Os últimos 20 anos foram de mudanças radicais. Essas tiveram direta influência sobre a Igreja e a Pastoral. Foram verdadeiros "empurrões" que atingiram instituições e pessoas, abalando hábitos, concepções e práticas arraigadas. A Igreja vivia à sombra da Concordata e do Acordo Missionário de 1942, o que tornou ainda mais forte a influência das drásticas mudanças políticas.

* A revolução, ao assumir cunho expressamente marxista-leninista, passou a visar um homem "novo" e uma "nova" sociedade. A pressão sobre a sociedade Tradicional tribal fez-se sentir poderosamente entre o povo. A idéia de se criar a aldeia "comunal", distinta da tradicional, e de se instalarem quarteirões e células nas cidades contribuiu para enfraquecer o tecido social. As "estruturas" e os novos quadros revolucionários tinham o poder, mas o

exerciam de fora, sem sensibilidade para com a cultura e suas raízes.

* Neste contexto, a Igreja sofreu também restrições graves. Além da desapropriação das obras e do confronto ideológico ela experimentou a diminuição de seus quadros. Tudo isto a levou à necessidade de se reorientar profundamente, tomando em conta sua identidade cristã africana e a nova realidade que a pressionava. A Igreja se uniu mais, aceitou o desafio da situação difícil e deu início a uma nova e muita criativa fase de reflexão conjunta e de revisão interna e externa. Ela se fortaleceu e passou a assumir um papel evangélico importante dentro do novo contexto pós-colonial e socialista.

* O despojamento "obrigou" a Igreja a firmar alguns valores e linhas básicas de ação (1977):

— Surge uma espécie de pastoral de conjunto estruturada em torno de 4 pontos: pequenas comunidades, ministérios, formação dos leigos, inserção no processo social.

— Cresce o intercâmbio interdiocesano e o Episcopado passa a atuar conjuntamente.

— Busca-se uma volta ao Evangelho e aos primeiros tempos. A opção pela inserção feita pouco antes pela Associação de Bispos da África Oriental (AMECEA) leva à inculturação.

* De 1977, data da 1ª Assembleia Nacional de Pastoral, até hoje perdeu-se um pouco a vivacidade daquele momento de Pentecostes em que se pensava em uma Igreja mi-

nisterial. Talvez isto se deva à própria evolução da situação do país e da Igreja. Mas o fermento continua ativo em várias dioceses. Há 2 elementos que se impuseram, imprimindo uma feição original à Igreja de Moçambique: a grande responsabilidade dos leigos (ministérios) e as pequenas comunidades. Passado o momento mais tempestuoso, a Igreja, já parcialmente refeita, começou a se preocupar com a formação de seus presbíteros. Nasce daí a questão: como ser padre em uma Igreja ministerial?

* A linha pastoral de inserção no contexto sócio-político não avançou muito. Em nível do Episcopado, na ação pela paz, houve espaços para uma significativa colaboração. No nível dos fiéis e das comunidades o trabalho pastoral foi mais catequético e "ad intra". Não é fácil descobrir canais para outro tipo de presença.

* A grande questão para a Igreja de Moçambique, hoje, talvez seja esta: deve ela ser (voltar a ser!) um aparato que complementa o Estado ou um fermento na massa? A questão é tanto mais urgente quanto mais se abre espaço para uma ação supletiva.

* A dimensão "ad Gentes" do trabalho missionário é uma preocupação constante, mas de difícil concretização. Há um certo dinamismo na ação catequética e no recatecumenato para aqueles que estão voltando, agora que a guerra arrefece.

* Outro grande desafio é o da construção da paz. A arquidiocese

de Maputo, por exemplo, centra seu objetivo pastoral em 1990 nesta prioridade decisiva para Moçambique hoje: "Empenhemo-nos na construção da paz, trabalhando pela renovação da família, fortalecendo a comunhão eclesial, tornando os cristãos fermento de reconciliação na sociedade". Na reconstrução do país a Igreja terá seguramente novos desafios e novas tarefas.

* Há um esforço na linha da inculturação e da liturgia. Evangelizar a cultura e culturizar o Evangelho é sentido como uma necessidade. Mas tudo está no começo. De um lado há problemas de fundo muito sérios (por exemplo, na concepção do casamento, na família

africana). De outro, há obstáculos mais externos, entre eles certo apego à tradição (romana).

De 2 a 5 de fevereiro de 1990

A viagem gorada a Nampula

Durante dois longos dias nossa pequena "equipe" viveu a ansiedade que é o quotidiano do povo e dos missionários quando precisam de viajar. Por duas vezes fomos ao bonito aeroporto de Maputo, cheios de otimismo e confiança. Por duas vezes, após horas de espera, regressamos à casa hospitaleira do Arcebispado. O vôo para Nampula havia "caído", isto é, o avião não pôde decolar! □

PÉ DE PÁGINA

Pe. Marcos de Lima, SDB

Quem é Jesus?

Jesus é a PEDRA angular e viva, escolhida e honrada por Deus. Para quem tem fé, esta pedra é um TESOURO. Para os que não crêem, é uma rocha de tropeço e escândalo. Leia 1 Pd 2, 4-9.

O que gera desgaste na vocação?

Fundamentalmente a falta de fé. Quando não se crê naquilo a que é chamado a ser por vocação, chegou o fim. A Vida Religiosa só se entende iluminada pela fé. Existem, contudo, outras razões mais visíveis: acomodação comunitária, fossilização do carisma, mediocridade das pessoas, o peso da institucionalização, governos repetitivos, medo de experiências audazes, envolvimento das obras com o sistema político, ostracismo pastoral... Certo ou errado?

FÉ E ETHOS CULTURAL

Frei Bernardino Leers, OFM
Divinópolis, MG

Um título deste tipo abre o caminho para um discurso formal, polido e inocente. Todavia, quanto mais a especulação se movimenta nas alturas, tanto maior é o risco de perder a baldeação para o nível empírico das experiências do cotidiano, em que os agentes morais vivem, pensam, agem e fazem a história real.

1. Os conceitos da fé e do "ethos"

Fé não existe em estado puro, isolada devidamente num laboratório qualquer. No contexto brasileiro, em redor dela e misturada com ela, movimenta-se todo um sistema variado de doutrinas, convicções, práticas e normas que levam o nome de catolicismo, uma instituição complexa, combinação de crenças, poderes e obrigações que marcam sua identidade no mundo, e de condições culturais em que se desenvolveu. De fato, como a experiência de cada dia deixa ver, este sistema religioso moral suporta uma grande variedade de maneiras de ser e fazer da parte de toda esta massa de pessoas que se dizem ca-

tólicas. Quem, afinal de contas, sabe qual é o conteúdo significativo em termos de conhecimento e práxis, se alguém se confessa católico? Décênios atrás, era costume nas cartas pastorais de bispos queixar-se da ignorância do povo e criticar católicos-espíritas, católicos-divorcistas e assim mais. Hoje em dia não se ouve mais tanto a lamentação da ignorância, mas o que continua é a ignorância relacionada àquela vaga esfera de vida, rotulada de catolicismo. Nesta nuvem vive a fé com sua clareza e profundidade, suas misturas e fraquezas.

Talvez seja mais difícil formular um conceito essencial do ethos cultural, porque pertence ao vocabulário moderno e à área da antropologia cultural de mentalidade mais empírica e concreta. O sentido do termo está na direção do código de valores, costumes e normas de conduta, cuja observância dá identidade às pessoas na sociedade brasileira e garante a aceitação social de pessoas e classes. Na miscelânea de culturas em que o povo se apresenta, não há uma resposta

única à pergunta, o que é o ethos cultural do Brasil. Sem dúvida, seu conteúdo é bem mais variado do que o ethos oficial dominante, considerado de "bom tom" pela maioria, embora seu caráter majoritário seja apenas resultado dos grandes meios sociais de comunicação e dos grupos que são seus proprietários. Quais são as normas comuns sobre o respeito pelas pessoas, família, vida humana, trabalho, propriedade, sinceridade etc., no país do jeito, do tema de Gerson e do modismo da moralização que fala tanto em corrupção, injustiça e sujeira? Fácil seria projetar dentro deste ethos pluralista o conteúdo da doutrina moral da Igreja, mas a vida real não deixa dúvida de que tal identificação é simplória. Talvez o passado reinterpretado possa deixar esta impressão. Hoje em dia, a idéia de a autoridade eclesiástica ser guardiã eficiente dos costumes está altamente inflacionada.

Olhando as vagas esferas que cercam a fé e o ethos cultural em seus contextos locais, o caminho indicado parece ser a descida para exemplos concretos que possuem bastante substância para pegá-los. Porque a fé católica leva consigo a tradição judaico-cristã, a memória de uns fatos bíblicos talvez jogue um pouco de luz sobre a caminhada a fazer para clarear o relacionamento entre fé e ethos cultural.

2. A celebração da memória

2.1. Abraão e Isaac. São Paulo chama a Abraão de o homem da fé. Por isso, interessa olhar a prá-

xis deste homem. Porque acreditou em Javé, saiu de sua terra à procura de algo novo. Fé não é ficar fixado na tradição, no lugar e no sistema em que uma pessoa é educada e começa a conscientizar-se de si mesma, dos outros e do mundo. Na fé da vida, há iniciativa, há criatividade, há procura de novos caminhos para se encontrar com a sociedade e o mundo em que o peregrino se movimenta. Não é museu ou relicário de restos veneráveis do passado. Quem fica olhando para trás, participa da sorte da mulher de Lot, sobrinho de Abraão.

Conforme o costume da época, Abraão se viu obrigado a sacrificar seu filho primogênito. Na apresentação de Jesus no templo há ainda um sinal da longa tradição judaica que exigia, conforme a lei de Moisés, uma forma simbólica de sacrifício do primogênito a Deus. Nos tempos mais primitivos da Mesopotâmia e Canaã, em que a fertilidade humana era sacralizada, produto divino, o primeiro nascido homem pertencia à divindade como as demais primícias e devia ser sacrificado no altar. Um resto deste costume está na narração bíblica de Abraão. O homem da fé que confia em seu Deus e segue o que Ele manda fazer, se encontra diante de uma exigência do ethos cultural de sua época. Em vez de seguir este ethos de seu ambiente, muda-o na luz de sua fé e troca seu filho por um cordeiro, aplicando-lhe o ritual exigido.

2.2. Jesus de Nazaré. O material dos evangelhos é extenso demais, mas alguns exemplos já bas-

tam para clarear o horizonte do problema da fé e ethos cultural. Em muitas ocasiões Jesus segue o ethos do povo judaico, rezando no templo, celebrando a Páscoa, pagando o imposto do templo, respeitando a lei da hospitalidade, cultivando as conversas com o povo, comportando-se como um rabbi com seus discípulos. Nas parábolas, os costumes do povo fornecem muito material. Há outras situações em que ele segue caminhos diferentes. Os apóstolos ficaram surpresos com o fato de que Jesus estava conversando com uma mulher samaritana de cinco maridos e mais um, três vezes impura e desprezada pelos judeus. Na frente da liderança religiosa de seu povo assume a defesa da mulher de má fama que entrou na casa do fariseu e lavou-lhe os pés com suas lágrimas. Contra o código da pureza, ele conversa com leprosos, mas manda-os observar a lei e apresentar-se aos fiscais da pureza judaica. Em várias discussões com os fariseus Jesus se distancia das normas do código da pureza, ethos cultural da época. Doutro lado aboliu a lei mosaica do divórcio, provocando a reação de seus discípulos de que assim não vale a pena casar-se.

O jogo na história da mulher adúltera pega em flagrante, é mais bonito ainda. O ethos popular já não aplicava mais o castigo do código da santidade e o homem adúltero nem aparece. Mas a lei mosaica continuou em vigor e Mateus deixa Jesus dizer que não veio abolir a lei. Os fariseus criaram desta maneira uma boa sinuca para jogar Jesus ou contra o povo ou contra

a lei. A saída de Jesus foi melhor. Não defendeu nem a lei nem a prática mais tolerante do povo. Deixou todo mundo passar vergonha para, a sós com a mulher, dizer-lhe apenas: vai em paz. Não pecar mais já deve ter sido um santo propósito da mulher depois de ter passado por tanto vexame humilhante.

Os conflitos a respeito da observância do sábado são mais interessantes, porque a lei era considerada divina. A prática da lei tirava a ovelha do fosso e soltava o burro no pasto, mas o irmão de mão seca ou a irmã curvada de reumatismo não tinham vez. Jesus declarará que o amor é mais importante do que ritos, cerimônias e leis sagradas do ethos cultural e obriga a deixar suas ofertas diante do altar para primeiro celebrar a reconciliação com o irmão. Para o sacerdote e o levita da parábola, a lei da pureza valia mais do que o amor e a compaixão pela vítima do assalto à mão armada; é um samaritano, um impuro, que torpedeia neste ponto o ethos judaico. O novo mandamento é o amor, conclui São João, com ou contra a normatividade cultural dominante. Quero misericórdia, disse Deus já na Antiga Aliança com o povo.

Outro capítulo é o sermão da montanha, acoplado às críticas de Jesus contra os fariseus do evangelho de Mateus. "Foi dito aos antigos", repetido cinco vezes, pode ser interpretado como expressão do ethos judaico da época, ao qual Jesus opõe seu "eu, porém vos digo". Assim, ele corrige as normas, aprofunda-as e interioriza-as para

uma moral do coração, da intencionalidade, do amor sincero, que torna o discípulo próximo, irmão daquele a quem presta seu serviço, mesmo que seja apenas um copo de água. Claramente Jesus se distancia de uma moral externa de mil e uma leis e normas, que a tradição guarda e a autoridade impõe como fardos pesados aos outros, sem ela mesma querer movê-los nem com o dedo. O pastor propõe, pela vida, andando na frente, como as ovelhas não viver; o que é outra coisa do que formular mais leis e mandamentos, sem olhar as condições de cada um em seu contexto cultural. Se uma ovelha se perde, Jesus deixa as demais, em vez de ficar com os "bons" e deixar os pecadores e publicanos impuros entregues à própria sorte.

O tradicional nexos entre crime e castigo não escapou à crítica transformadora de Jesus. O povo judeu estava acostumado a ligar bens terrestres e bênçãos do céu, deficiências humanas e castigo de Deus. O cego de nascença não ficou livre deste mecanismo mental: "Rabbi, quem pecou, ele ou seus pais?" Os filhos do trovão queriam até acelerar o processo e pediram a Deus que o castigo do fogo descesse sobre o povoado que não lhes deu pousada. As respostas de Jesus tiraram o fundamento desta práxis cultural. O Pai é um Deus de bondade e não de castigo. Sucedeu a cegueira, para que a misericórdia de Deus se manifestasse no homem cego. Olho por olho, dente por dente é um princípio de justiça equitativa que não vale mais; muito menos a vingança por causa de

uma humilhação sofrida, por mais dolorosa que seja. Deixar de lado o mandamento do Deus da fé e observar as tradições culturais dos homens é deixar o mundo criado de pernas para o ar e não discernir entre o que é eterno e o que é passageiro.

Jesus não segue o ethos familiar de seu povo. As coisas de seu Pai são mais importantes do que a autoridade de seus pais e Jesus fica no templo de Jerusalém, conversando com os doutores da lei, sem ao menos avisá-los. Não se casa. Sua mãe e seus irmãos de sangue podem esperar fora porque, para ele, quem observa a palavra de Deus é seu irmão e sua mãe. A obrigação de enterrar seu pai falecido ou a vontade de despedir-se de seus familiares não valem diante da vocação ao discipulado. Em vez de defender a propriedade familiar, manda vender os bens e dar aos pobres e nega entrar num conflito entre irmãos sobre a herança. A autoridade patriarcal que dá ordens e dispõe da vida e da morte, Jesus a troca em sua comunidade pelo espírito de serviço e de ser o menor de todos. Numa sociedade em que o homem adulto dá as cartas e a competição de ser o maior é normal, uma criança serve de exemplo para quem quer entrar no reino dos céus.

2.3. *São Paulo*. Sejam citadas apenas duas sugestões da agitada vida missionária do apóstolo dos gentios. Sua penetração no mundo pagão helenístico e romano foi a origem do primeiro grande conflito na Igreja incipiente, o das rivalidades

e dissensões entre cristãos judeus e cristãos não-judeus. Por causa destas tensões, no fundo culturais, Paulo enfrentou até a Pedro, mostrando-lhe a inconseqüência de seu comportamento. Embora não tenha sido o fim das discórdias, o Concílio de Jerusalém tomou uma decisão de princípio, sob a invocação do Espírito Santo, mas acrescentou à carta que Paulo levou a Antioquia uma cláusula de tolerância étnica. Os convertidos do paganismo deviam evitar certos comportamentos que escandalizavam por demais os irmãos vindos do ethos judaico.

Em suas cartas, Paulo volta várias vezes ao assunto, elaborando o princípio dos fracos e dos fortes. Este princípio pastoral por excelência coloca a edificação e a moderação mútuas acima da liberdade de cada um de ter razão e agir como bem entende. Liberdade não é individual, de cada um por si. As liberdades dos fracos e dos fortes se limitam reciprocamente. Os fortes que podem, hão de poupar os fracos que não podem e de apoiar exatamente aqueles que não tomam conta do recado, em vez de exigir deles o que não são capazes de realizar.

Outra sugestão está contida nos códigos familiares, elaborados de modo mais simples na carta aos Colossenses e de maneira mais extensa aos Efésios. Em ambas as cartas, ao menos de inspiração paulina, as normas dadas são ligadas à fé na nova vida de Cristo e sua Igreja. O conteúdo, porém, da normatividade para a vida familiar, es-

posos, pais, filhos, escravos, não é diferente do que era mais ou menos o ethos das boas famílias regulares naquela época e encontrava sua ressonância nos escritos éticos da Stoa. Neste encontro entre fé e ethos cultural, em que a nova vida cristã é posta como uma moldura em redor de um quadro cultural de boa aceitação social, um ponto que se podia chamar a lentidão da lógica, se realça.

O catolicismo levou séculos para descobrir, em função da fé cristã, que não havia mais lugar para o instituto da escravidão no mundo e que a submissão da mulher, como era entendida na época do primeiro século no mundo mediterrâneo, ocultava sua emancipação para a liberdade e participação na vida da sociedade, da produção econômica e dos serviços que hoje em dia são normais. A confissão da fé não inclui ainda a verdade completa, pois certas incongruências internas do catolicismo somente com o tempo se manifestam e podem ser eliminadas: São Paulo fala do amor no casamento, mas quantos séculos passaram para o Concílio Vaticano II destacar o amor conjugal e a comunidade de amor da família? Igualmente as idéias contidas atualmente nos Direitos Humanos, liberdade de religião, movimentos de justiça, paz e integridade da criação, quanto tempo levaram para se estabelecer na comunidade da fé, chamada Igreja católica?

3. As sombras da simbiose atual

No Brasil de hoje, o catolicismo leva em seu bojo uma carga com-

plexíssima de iniciativas da fé cristã que se consolidaram e de heranças culturais dos povos em que passou pelos séculos, desde a Jerusalém dos judeus, mudando para o Ocidente europeu e chegando, via Portugal, à Terra da Santa Cruz com todas as peripécias, luzes e sombras que esta longa peregrinação conhecia e ainda conhece. Nesta história, o intercâmbio entre fé e ethos cultural tem construído um sistema de vida tão intrincado que é difícil dizer, quais foram e são as fronteiras fluidas entre os dois. A própria vida da fé é tão variada entre o povo e a mistura cultural é tão densa das culturas brancas dominantes e as dos índios, negros e pobres marginalizados que nenhum Alexandre é capaz de cortar este nó górdio.

Na práxis da moral cristã, também simbiose de fé e culturas, passadas e presentes, a caminhada de séculos foi reconstruída por agora de modo mui fragmentário demais, para se ter uma imagem clara das relações recíprocas. A constituição pastoral "Gaudium et Spes" e documentos eclesiais da CNBB reconhecem o mútuo auxílio entre a Igreja e o mundo, entre o instituto da fé e o instituto da cultura. Diante dos gigantes problemas que atualmente afligem a humanidade, nenhum dos dois possui a chave de soluções fáceis, nem tem poder de fogo sem limite. Ao contrário, conflitos e tensões dentro da própria Igreja não faltam, onde a vivência da fé procura se expressar na conduta econômica, política e cultural da sociedade moderna ou modernizante do Brasil. A tendência do neo-

conservadorismo que lembra o antimodernismo dos manuais da história eclesial está ganhando volume, para perturbar exatamente a interpenetração dinâmica de fé e ethos cultural em sua pluralidade real, urbana e rural.

Deixando o gasto duvidoso de tanta energia em conflitos internos de lado, o problema atual das relações de troca entre fé e ethos cultural tem dois aspectos. Seria possível estudar a influência positiva do catolicismo sobre as formas do ethos cultural, mostrando na história destas, os valores da vida cristã que melhoraram e humanizaram mais a sociedade brasileira. Nesta análise, mesmo dominando a tendência do triunfalismo, entrariam a abolição da escravidão, a emancipação da mulher, as escolas católicas, os movimentos populares, campanhas de democratização, reforma agrária e alfabetização, contra a violência e práticas mais, que exigem bom senso crítico e modéstia cristã diante das várias leituras diferentes e até contraditórias que há na literatura. No espaço limitado de um artigo, será mais indicado talvez tomar como ponto de partida certos lados negativos do ethos cultural local que a fé cristã ainda não chegou a plasmar, vencendo o mistério da iniquidade que neles se manifesta. Embora tenha seus próprios riscos, esta opção fará nascer uma visão mais prospectiva para a práxis da comunidade cristã no país.

3.1. *A dupla moral.* A crescente redescoberta dos pobres, em fidelidade ao evangelho constitui um

impulso da fé cristã contra a sombra da dupla moral na cultura tradicional brasileira, nem de longe vencida. Até hoje, a vida econômica, política e social está profundamente marcada pela duplicidade do ethos dos senhores e dos (ex-) escravos, apoiado na organização vertical hierárquica da sociedade. Em poucas linhas, um grupo relativamente pequeno, chamado elite, monopoliza praticamente a propriedade, o poder e o saber, divide entre si os bons empregos e mordomias e ocupa uma posição de mando pelo seu dinheiro, os meios de comunicação social de que dispõe e as pressões que exerce sobre as decisões políticas. Em baixo da escada anda a grande massa dos trabalhadores, bóias-frias, pequenos funcionários, condenados praticamente à pobreza, ao arrocho salarial mascarado por uma falsa liberdade de negociação e todos os demais tipos de exploração econômica e política que os pobres conhecem por tradição.

Apesar da fé se conscientizar da comunhão e participação que hão de marcar a convivência dinâmica da sociedade, a massa do povo é mandada, há de obedecer, executar ordens, aceitar desaforo e levá-lo para casa, agüentar insegurança e rotatividade de emprego. Se são mulheres ou afro-brasileiros, sua sorte é pior ainda, embora mulheres bonitas sirvam de capa de revista e pretos sejam elogiados, se são exímios artistas. Quanto maior é a ignorância analfabeta e mais grave a falta de conscientização política, tanto mais forte é a manipulação das massas populares pela elite e

tanto menos respeito há pelos direitos humanos dos pobres. Num contraste óbvio, há opulência de bens e privilégios para os ricos e poderosos e tudo lhes é "permitido" ou desaparece nas gavetas. Para os pobres servem ao máximo as migalhas de pequenos favores, benignamente concedidos com discursos e placas comemorativas. Visitas às cadeias fornecem uma curiosa indicação do ethos cultural duplo. É como um juiz de direito declarou: lá só há três P's, pobres, pretos e putas (de terceira categoria).

Na história da Igreja, como instituto da fé cristã, o tratamento de rico e pobre sempre foi problema, começando com a carta realista de São Tiago. Sem dúvida, anos atrás a diferença entre ricos e pobres na celebração de casamentos, batismos, missas especiais era evidente em muita paróquia. A práxis nova da opção evangélica pelos pobres não exterminou ainda esta penetração do duplo ethos social na área da pastoral. As paredes da Igreja não são impermeáveis e os cristãos também, apesar da frase repetida de não serem do mundo. Por causa da política do governo, as escolas católicas sentem, na própria carne, como é árduo evitar a elitização de seus institutos em que os pobres não têm condições de pagar.

De fato, a mudança real de tradições culturais incorporadas na vida católica é missão difícil. Tal processo de purificação fraterna e solidária depende mais da sensibilidade e conversão de bispos, padres, religiosos e leigos do que de

declarações, leis limpas de um código qualquer ou mais um novo decreto. Apesar dos protestos, a libertação de expressões afro-brasileiras em cultos católicos começou um pouco, abrindo novos espaços para a vivência da fé. Também a pastoral da mulher marginalizada, a pastoral da terra, a luta em defesa dos índios, a ecologia, a pastoral dos menores estão recebendo apoio e crescendo. Em pessoas mais idosas, porém, a preguiça das tradições herdadas e integradas na vida não costuma agüentar mudanças rápidas. Tais trocas se opõem a um certo tipo de prudência que só sabe frear e proibir, eventualmente bater a porta. "Reformas profundas" é assunto de muito discurso; raras vezes na Igreja se tornam projetos e práticas. Os moinhos de Deus, diz o português, rodam devagar. E os muitos moinhos da Igreja? Mesmo assim ela vive num mundo em que as novidades pululam, como pipoca em panela quente, e as situações mudam com rapidez surpreendente. A carga acumulada de séculos torna os movimentos lentos.

3.2. *A outra dupla moral.* A idéia sugestiva de Roberto da Mata de distinguir entre a vida da casa e a vida da rua inspira uma outra interpretação da dupla moral cultural. Dentro da casa, os valores e ideais da vida são a boa harmonia, o amor, a paciência, carinho, ajuda econômica, intimidade, respeito mútuo, ficar à vontade e "roupa suja se lava em casa", como exige a honra da família. A rua é o mundo das tensões, da competição, concorrência implacável, dureza sem dó, distan-

ciamento entre as pessoas, tratamento de número na fila, anonimato que leva o indivíduo a se sentir solitário na massa solitária das metrópoles. Em casa cultiva-se a vida; procura-se boa alimentação, roupa, remédio, conforto e paz; a luta é melhorar a qualidade de vida e levar uma vida em comum satisfatória e tranqüila. Mas o que vale a vida na rua? Perigos de trânsito louco que não dá segurança a ninguém, variedade de poluições, ambientes de trabalho insalubre, com péssimas condições higiênicas e com alto índice de acidentes, sistema de assistência médica e social precaríssimo, alto índice de criminalidade, seqüestros, matanças a mando, esquadrões de extermínio criam uma esfera de ameaças constantes à vida, à saúde e à integridade física e mental das pessoas indefesas. Nas ruas os sinais da morte estão presentes por todos os lados. A casa gera a vida.

Conforme o lugar em que as pessoas se encontram, a conduta muda. O pai bondoso, mas exigente para com o decoro e as roupas de sua esposa e filhas talvez seja um *minidom-João* na rua, galanteador para com qualquer mulher bonita com as curvas nos lugares certos. Uma boa mãe de família, queridinha em casa, pode ser, na empresa que dirige, "pior do que dez homens" aos olhos da empregada explorada. No mundo moderno, a variedade de papéis sociais exigidos é tal que as pessoas que hão de assumi-los são capazes de criar contrastes quase esquizofrênicos entre o *ethos* da casa e o *ethos* da rua. Os dois não combinam, mas formam subsistemas

éticos sob a capa de uma única sociedade e única cultura global, eventualmente a mesma religião e mesma escolaridade.

No mundo atual, o *ethos* da casa e o *ethos* da rua não são forças iguais em equilíbrio entre si. Ao contrário, as condições de vida de milhões de famílias são tão precárias, que seu *ethos* tende a se reduzir à sua raiz rudimentar, à sobrevivência nua e crua ("mas Deus me entende"). Também os lares mais regulares são cada vez mais invadidos pelo *ethos* da rua, da televisão, da política salarial e de preços, da insegurança de emprego, da deficiente previdência social, das práticas do sexo, do álcool e da droga, da dureza e risco de emigrar da zona rural ou mudar de cidade. Mais do que nunca, os núcleos familiares dependem em sua convivência das estruturas políticas, econômicas e sociais dominantes fora de casa.

Nesta situação, a penetração da vida da fé nas famílias, pela mística da pequena igreja doméstica, só dará resultado à medida em que a relação da fé e política, fé e economia, chegar a atitudes firmes de participação da parte da grande comunidade da fé dos cristãos, as Igrejas. Por causa da interdependência entre o *ethos* da casa e o *ethos* da rua, com força hegemônica cada vez maior do último, a formação e práxis políticas dos católicos e de seus irmãos separados são tarefas atuais, cuja urgência não permite protelação em discussões estéreis. No Brasil, o *ethos* da rua tem o rosto cruel do capitalismo

selvagem, o qual não se deixa retocar com umas pinceladas benignas para depois "batizá-lo" e declará-lo compatível com o evangelho.

Na política, a distinção é conhecida entre discurso para uso interno e discurso para uso externo. Às vezes, um governante fala forte fora de seu país para dar um recado ao *status-quo* interno; outras vezes, fala dentro para ser ouvido e entendido fora. Mais interessante do que a duplicidade do discurso é a duplicidade da práxis. Na área dos direitos humanos, sociais, econômicos, políticos e culturais verifica-se uma crescente aceitação oficial no *ethos* mundial, embora as interpretações e práticas sejam variáveis. Em seus discursos para fora, a Igreja levanta com fervor a bandeira dos Direitos Humanos, conquista progressiva do *ethos* cultural da modernidade. Para dentro, a situação é diferente. Comparando as propostas da comissão preparatória do Código do Direito Canônico com as normas que foram promulgadas, duas coisas são claras: há progresso em comparação com o Código anterior, mas o que entrou no texto novo oficial é modesto.

3.3 *A tripla moral.* Fé e *ethos* cultural se encontram também no campo sensível da sexualidade. Contrário ao costume, talvez seja melhor falar aqui de um triplo *ethos* tradicional embutido na cultura. Há um *ethos* para homens, sejam rapazes ou homens casados. Para eles a iniciação sexual é feita na zona, geralmente, e a infidelidade matrimonial é mais ou menos tolerada.

Das moças que querem casar e das senhoras esposas, a boa fama se guarda na base de acatamento, modestia e fidelidade. Resta o terceiro grupo, criado pelos homens, pelo ostracismo social e, data vênua, pelo apoio de moças e senhoras que acham melhor, que "eles" façam estas coisas com "elas". Diante do público de boa fama, prostitutas são apenas uma negação, uma ausência, uma sem-vergonhice, rua sem ethos. No entanto, entre elas há muito valor humano vivo que resiste à marginalização e ao desprezo que sofrem fora de seu ambiente de trabalho. Na atualidade, esta tripla moral está mudando rapidamente, evaporando-se em boa parte a fronteira entre o segundo e o terceiro ethos sexual. No interior do Brasil, o sistema tradicional possui ainda certa força, embora também lá as mulheres da vida (diz-se fácil) sofram a concorrência destas "mocinhas sem vergonha que paqueram por aí", como disse uma profissional.

Diante desta tripla moral, a Igreja conserva um sistema único em nome da fé, apesar das resistências, discussões e mudanças da práxis dos fiéis em curso. Enquanto na área da doutrina social, as autoridades eclesiais avançam, adaptando seus ensinamentos às mudanças e novas situações políticas, econômicas e sociais que se verificam no mundo atual, no campo sexual, matrimonial e familiar há pouca abertura, para não dizer estagnação e repetição. Qualquer avanço sobre as teses conhecidas dos manuais de teologia moral clássica

é cortado, condenado ou censurado. Só o fato de interpretar a história atual desta maneira já provoca protestos imediatos de grupos de católicos que opinam que a Igreja já facilita demais e precisa restaurar o vigor da disciplina no rebanho.

Estará a relação entre a sexualidade humana, parte da cultura, e a doutrina sexual da Igreja, instituto de fé, destinada a um conflito sem saída? Ficarão os dois sistemas apenas como dois vasos incommunicáveis, resistindo ao dinamismo do tempo? Por si mesma, a doutrina tradicional católica é uma simbiose de elementos da fé cristã e leituras da Bíblia com os sistemas culturais dos povos judaico, latino e germânico principalmente. Neste caldo foi que ela se formou historicamente. Outros povos e outras culturas, em que a graça da fé se implanta, não possuem nada para contribuir com novas formações teóricas? Mudanças humanas, feitas por criaturas de Deus, não levam a nada? Como renovar a articulação entre fé e cultura, se a defasagem entre a doutrina oficial do Magistério e as condutas tranquilas de noivos, casados e recasados católicos é grande. Fazer de pecados virtudes é um péssimo serviço. Mas será que as consciências morais dos fiéis que estão "com a mão na massa" não significam nada na formação da normatividade moral e estejam condenadas à pura passividade e submissão silenciosa?

3.4. *Miudezas.* A penetração recíproca de fé e ethos cultural na realidade brasileira fornece mais

material do que cabe em um artigo. Mas duas sugestões não podem faltar. Como ethos cultural, o jeito ocupa um largo campo de inventividade. Eficiente, pode salvar a pele de alguém e tirá-lo de uma sinuca, mas também passar a perna no outro, levar o outro na bicaria, dar calote, tirar o corpo fora e dar prejuízo a quem não tem nada com o peixe. A linguagem popular é muito rica em expressões que mostram a ambivalência deste prato de cada dia, e seu vocabulário inclui corrupção, malandragem, safadeza, trapaça, prepotência, desfalque, conchavo, trapalhada, baús da felicidade e trem da alegria.

Contudo, o lado pior é que o uso freqüente do jeito gasta energia que devia servir à mudança sistêmica das leis e estruturas sociais injustas na sociedade, de que os mais expertos escapam, deixando os outros nos mesmos maus-lençóis de pobreza, exploração e opressão de sempre. O jeito é individualista e impede a organização política, capaz de transformar o Brasil em uma civilização de amor, expressão que parece bandeira linda por cima de um monte de lixo. Se a solidariedade intrínseca à fé cristã quer transformar as sombras do ethos cultural, a práxis do jeito merece uma séria interrogação, embora seja por agora uma arma dos oprimidos diante dos leões do poder.

Além de conter normas e expectativas sociais para com a conduta das pessoas, o ethos cultural inclui também certas interpretações comuns dos fatos e acontecimentos que envolvem a vida do povo. Ao

menos até o exílio, o povo judaico costumava ligar riqueza com a graça de Deus, pobreza com o castigo de Deus. Nos evangelhos, a atitude dos discípulos mostra a mesma mentalidade. A história do cego de nascença começa com a pergunta: Quem pecou? Indignados porque uma aldeia lhes negou pousada, João e Tiago queriam que descesse fogo do céu para destruir tudo. O protesto de Jesus é contra a idéia popular comum de ligar desgraças e calamidades à combinação pecado e castigo.

Também no ethos cultural brasileiro, e não somente entre o povo simples, continua forte a tendência de procurar pecado e culpa atrás de desastres e mortes repentinas e identificar calamidades públicas com castigo de Deus, exigindo penitência. As reações dos católicos contra o fenômeno da AIDS e suas vítimas são recentes; até campos de concentração, como castigo, entraram nas cartas de leitores dos jornais. Igualmente uma boa, ou melhor, má dose de fatalismo volta de vez em quando à superfície das conversas. Vinte séculos de fé evangélica não chegaram a extrair as raízes profundas existenciais de destino, sorte, azar, sortilégios, signos astrológicos, castigo de Deus. Na troca recíproca entre fé e ethos cultural na vivência das pessoas, a primeira ainda não foi capaz de tirar as sombras do outro, embora seja anunciada como fermento na massa, luz do mundo e sal da terra.

4. Pedras no caminho

Na realidade da vida, a caminhada a dois, da fé e do ethos cultu-

ral, não é simples nem unilateral. Nenhum dos dois está com as cartas todas ou com as mãos limpas. Até agora a fé não alcançou nem de longe sua meta de fermentar o povo todo e iluminar-lhe eficazmente o traçado certo da vida a seguir. Ela mesma leva consigo as marcas e condições limitadas da cultura global. No plano individual, a fraqueza da fé dos que se confessam católicos e os perigos da estrada fazem com que ela seja levada em vasos de barro. Enquanto abrange a comunidade toda, peregrina no Brasil, a situação não é melhor, embora sua força seja maior, e sua fraqueza também. Os velhos livros da moral cristã pareciam resolver qualquer problema ou caso que o mundo apresentava. Hoje em dia, as autoridades eclesásticas mesmas reconhecem, que não dispõem sempre de soluções imediatas para os complexos problemas morais que a sociedade enfrenta e há de solucionar a fim de se tornar uma transparência mais clara do esperado Reino de Deus. Bons conselhos são bons, mas se os outros não os aceitam e não os praticam, ficam apenas conselhos bons.

Colocando a fé ao lado do ethos cultural em uma Igreja majoritária, corre-se o risco de o pêndulo se inclinar demais para o lado da fé, do instituto da fé. A consequência neste caso é que a Igreja se olha mais pelo espelho dos desejos devotos do que pelos olhos da auto-crítica. Na frente do mundo vestido de um preto sombrio, uma Senhora se levanta como mestra severa sem mancha, que fustiga o menino faltoso sem perdão. O saudo-

sismo de uma cristandade imaginária não morreu e a secularização da sociedade, enquanto emancipação da tutela das autoridades eclesásticas, ainda forma um espinho doloroso na sensibilidade de certos prelados. Apesar da abertura do Concílio Vaticano II, o relacionamento entre a Igreja e a modernidade e seu ethos pluralista continua, muitas vezes, inibido, mais inspirado pelo medo e o negativismo do que pela coragem evangélica e a procura de entendimento e comunicação.

A atitude pessimista e condenatória se torna especialmente questionável num país em que a grande maioria se registra católica. Os colaboradores que eventualmente surgirão pela pregação da fé são católicos diante de sua consciência, seja qual for seu estado real. Primeiro, ser jogado no chão e depois, ser convidado para cooperar, não parece ser o método que mais promete. Por muita parte, está crescendo a consciência de que os gravíssimos desafios do mundo atual exigem, para respondê-los, a mais ampla colaboração possível, transcendendo os limites históricos que existem entre Igrejas, religiões, culturas e povos. Mais importante do que martelar nas diferenças para proteger a própria identidade tradicional é descobrir o que há de comum, o que serve para se aproximar, criar uma plataforma comum e juntar as boas qualidades e forças aproveitáveis de maior número de pessoas e grupos de boa vontade. Porque são os leigos cristãos aqueles que vivem sua fé no mundo da cultura, a experiência deles se torna uma peça muito importante na

formação das diretivas de ação, quando o assunto é cultura em seu sentido mais abrangente.

O grande e pequeno mundo de hoje não está precisamente esperando as soluções da autoridade eclesiástica para seus prementes problemas. Se a Igreja reconhece a justa autonomia das realidades e atividades terrestres ou não, o mundo continua a rodar. Olhando da parte do mundo moderno pluralista, a imagem da Igreja cria até certa confusão, porque ela mesma apresenta divisões em quase todos os problemas sociais, políticos e econômicos de hoje. A variação oscila entre ditadura e democracia, capitalismo e socialismo, direita e esquerda, estatização e privatização, (neo)conservadorismo e progressismo, censura e liberdade, no plano teórico e no apoio prático. Uns querem manifestações grandiosas, fazer propaganda moderna, entrar na área dos grandes meios de comunicação via satélite e invocam o evangelho. Outros se colocam do lado dos pobres que não têm poder nem meios, querem fazer trabalho capilar, formar o fermento de pequenas comunidades e invocam o evangelho. Enquanto os católicos não gastam energia preciosa em querelas internas, mas se põem realmente a serviço do povo e as necessidades dele, muitos caminhos levam a Deus. O mal começa, quando cada um quer impor sua razão e não deixa espaço livre para o outro que tem outra razão. Atrás de muita discussão e oposição está escondida uma luta pelo poder em uma Igreja cujo fundador e cabeça veio para servir.

5. O apoio da memória

A interpenetração dinâmica da fé católica e do ethos cultural abre perspectivas para o futuro à medida que se analisa criticamente a longa caminhada de sua mistura e se recupera a memória das experiências acumuladas do passado. As poucas reminiscências referidas nesta reflexão já fornecem algumas sugestões, embora seus contextos originais tenham sido mais simples e transparentes do que a situação atual.

Tanto Abraão quanto Paulo, o apóstolo, dão sua contribuição, mostrando como a fé opera mudanças no ethos cultural dominante. Em sua vida continuada de geração em geração, qualquer grupo social aprende a regular, pela sua sensibilidade e razão humana, suas relações internas e o relacionamento com outros grupos, ao menos nos assuntos básicos de família, respeito pela vida, propriedade, trabalho, justiça, respeito e confiança recíprocos. Na tradição judaico-cristã a fé em Deus funciona como última razão e cúpula protetora da normatividade que se desenvolveu pelos séculos. Esta integração global do ethos no sistema da fé corre o duplo risco de não perceber, imediatamente, onde os dois não combinam e de marginalizar demais as mediações humanas históricas que ajudaram a formação do código normativo.

A revelação de Javé e do mistério do Senhor Jesus levaram Abraão e São Paulo a não assumirem simplesmente o que a expe-

riência e racionalidade construíram como ethos existente. Eles tomaram distância crítica para com certos costumes em vigor e enxergaram a incongruência entre o costume cultural e a inspiração que se originava na vivência de Deus, do Senhor Jesus. Pela graça da fé vivida, o homem dispõe, de um lado, do meio de confirmar o ethos comum, da explicação mais profunda de seu agir e da força para continuar a tradição recebida; do outro lado, recebe uma luz que trabalha como um raio X por cima do ethos, faz reparar as contradições entre sua fé e o ethos cultural e dá coragem de romper com normas herdadas e de inventar novidades que melhor expressam a gratidão humana diante da comunicação do mistério de Deus, do Senhor Jesus e do Espírito Santo que ele prometeu.

Em vários exemplos, tanto Paulo quanto a história da Igreja demonstram que o encontro entre fé e ethos cultural não revelam imediatamente as falhas e defeitos no ethos ou nas expressões normativas que são apresentadas sob o manto da fé cristã. Reflexo da paciência de Deus, as mudanças nas avaliações e diretivas morais podem levar séculos antes de os cristãos descobrirem sua necessidade e realizá-las. Às vezes, depois de longa evolução histórica, a novidade se torna posse comum das consciências, vencendo muitos obstáculos e resistências, até a nova convicção se implantar ao menos entre os católicos. Tais processos históricos não levam apenas à tolerância para com aqueles que não

confessam a religião católica, mas também para com os próprios católicos. Acostumados à tradicional engrenagem entre fé e ethos, muitos não são capazes de aceitar logo as contradições internas que outros vêem ou integrar as justas mudanças do ethos cultural na velha forma de sua fé.

A autoridade pode forçar a barra, impondo a nova lei. Mas essa tática não costuma ser eficiente, porque a forma simbiótica herdada de fé x ethos que há de ser trocada, possui a lenta persistência de seu peso tradicional. Também o contrário pode acontecer, que a autoridade continua confirmando uma norma que já não expressa mais a vivência da fé de muitos cristãos. Em certos círculos católicos, a liberdade leva o estigma da suspeita e o princípio moral de que a consciência é a última norma de agir recebe imediatamente suas restrições. Então, a estratégia convivencial que São Paulo elabora para os fortes e os fracos talvez sirva para apaziguar os espíritos. Pena é que o convite de Jesus de não julgar o irmão e deixar o julgamento a Deus não repercute muito na práxis católica.

Na gênese das mudanças da relação entre ethos e fé, o Concílio de Jerusalém contribui com dois métodos importantes: a escuta suplicante do Espírito Santo e a troca de experiências em comum pelos participantes. O serviço da hierarquia na comunidade eclesial não traz consigo o monopólio do Espírito Santo. Conforme a previsão de Jesus, ele vai mostrando a ver-

dade moral a todos os cristãos. Não custa nada supor que esta comunicação da verdade, do caminho a seguir, é feita precisamente aos que vivem na própria carne os dilemas morais do mundo e não de tomar decisões certas em situações concretas em que a pluralidade do ethos moderno oferece opções diversas e alternativas opostas.

Conforme a sabedoria popular de que dois sabem mais do que um só, a leitura comum da experiência acumulada da fé que consta na Bíblia, e o diálogo aberto na comunidade, levam a escutar o que o Espírito diz a cada um para fazer. Evidentemente esta escuta precisa do discernimento paulino para com os outros que são escutados, mas igualmente para com aqueles que escutam. Escutar os outros sem auto-crítica é apenas selecionar confirmações da própria cabeça já feita na "plena" posse da verdade. Uma das tarefas da atualidade é encontrar métodos próprios que garantam o máximo de cooperação eficiente do povo de Deus na formação da normatividade. Desta maneira, sua observância encontra mais facilmente o apoio prático da comunidade, o que é mais do que a autoridade da lei imposta pode dar. E a autoridade sofre menos desgastes.

O melhor paradigma é Jesus apresentado pelos evangelhos. Nascido de judeus, criado na religião judaica, ele viveu sua vida conforme o padrão cultural de seu povo. Contudo, para com todo o sistema ele mostra uma espantosa liberdade. Pelos seus gestos e palavras

provoca uma ruptura com muitas práticas do ethos cultural e não tem medo de criticar e enfrentar as autoridades religiosas e civis, representantes da ordem estabelecida. E isso numa época em que pessoas podiam perder a cabeça por causa de uma bailarina. Em termos humanos, a origem desta maneira de funcionar como um arado que abre a terra do ethos tradicional para que dê frutos cem por um é o coração de amor aberto de que saíram todas as qualidades construtivas da caridade que São Paulo enumera na primeira carta aos Coríntios, para libertar a humanidade e a criação toda. Para este amor dedicado a todas as criaturas de Deus não havia fronteiras de pureza, raça, cultura ou língua, nem limites de misericórdia e perdão. Não é a disciplina imposta nem o rigorismo da lei que libertam os homens para a vida, mas o amor fraterno, a paciência, a esperança e o sacrifício de dedicação, até da vida, à causa de Deus, conforme o movimento que Jesus começou.

Nas discussões sobre mudanças das normas, seja do ethos cultural pluralista da atualidade, seja incorporadas no acervo doutrinário católico, é a fé que age pela caridade, como diz São Paulo, que proporciona o progresso da verdade. Onde o preceito: amarás o teu próximo como a ti mesmo é desqualificado, o aviso paulino acende: se vos mordeis e vos devorais, vede que não acabeis por vos destruídes uns aos outros. Na medida, porém, em que Cristo habita pela fé no coração das comunidades ca-

tólicas e sua caridade é melhor compreendida, o caminho se abre para examinar, sem medo, a variedade de propostas do ethos cultural de hoje e conservar o que é bom, e para reconhecer os desvios presentes na moral católica herdada e corrigi-los pelo bem da humanidade.

Evangelização inclui os dois momentos a fim de melhorar a assimilação entre fé e ethos cultural nas pessoas e na sociedade.

N.B. Os muitos textos bíblicos usados não foram citados para não sobrecarregar demais o texto. □

PÉ DE PÁGINA

Pe. Marcos de Lima, SDB.

Desafios do homem novo

Bíblia — “Não andeis mais como andam os demais gentios... Vós aprendestes a remover o homem velho... e a revestir-vos do Homem Novo”, Ef 4, 17-24.

Leitor — Sempre se pode contar com a presença e a ação do Senhor que apóia e sustenta na luta. Mas é uma parada viver corajosamente a tensão dialética entre o passado e o presente, o antigo e o novo, a natureza e a graça, o provisório e o definitivo, o material e o espiritual, a acomodação e a desinstalação. Senhor, vinde sempre em nosso auxílio, sem demora.

Se a fé for verdadeira

Bíblia — “Tendo sido, pois, justificados pela fé, estamos em paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por quem tivemos acesso, pela fé, a esta graça, na qual estamos firmes e nos gloriamos na esperança da glória de Deus”, Rom 5, 1-2.

Leitor — Só Deus salva pela fé em Jesus Cristo. Ninguém se salva pelo que faz, pelas obras que realiza. Cada um há de salvar-se pela fé em Jesus. Se esta fé for verdadeira, ela produzirá estes frutos: (1) PAZ com Deus. (2) A experiência de viver uma situação de graça e esperança. (3) A certeza de que o Espírito Santo foi derramado em nossos corações. (4) O impulso incontido para se provar em OBRAS o que se crê e em quem se crê.



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de outubro de 1990

No dia 8 de setembro de 1989, o Reitor-Mor dos Salesianos, Pe. Egidio Viganó, enviou uma Carta a toda a Família Salesiana sobre a **NOVA Evangelização**, mais um subsídio em preparação ao XXIII Capítulo Geral da Congregação a se realizar, em Roma, de fevereiro a maio de 1990, cujo tema exclusivo foi a **educação para a fé**. Trata-se de uma bem estruturada reflexão teológica sobre a necessidade de UNIR uma laboriosa e urgente busca pastoral ao vigor doutrinal e à continuidade dentro da Tradição viva, porque não é legítimo SEPARAR o espírito da letra.

Busca pastoral urgente. Vigor doutrinal. Continuidade. O Evangelho não mudou. E a fé, em seu sentido originário, será sempre adesão sincera a Jesus Cristo, solidariedade com o seu testemunho e orientação da própria vida em absoluta sintonia com o Evangelho. Onde fica, então, o **NOVO** na Evangelização que se quer inaugurar capaz de interpelar urgindo da fé uma resposta condescendente? Não obstante a complexidade da indagação, pode-se afirmar que, **HOJE**, qualquer atividade evangelizadora que se pretenda **nova**, deve ter os sensores ligados, com peculiar sensibilidade, para os sinais dos tempos atuais.

Entre outros: a dignidade da pessoa humana, os invioláveis direitos à vida, a liberdade religiosa, a família como primeiro espaço de engajamento social, a promoção da mulher, a solidariedade em suas várias dimensões, o compromisso político próprio de uma convivência democrática, a complexa problemática econômico-social, o crescente processo de secularização e, como síntese de tudo, a cultura ou as culturas. **Não se trata de acenos futuríveis, ou seja, o que seria, se fosse.** Estes sinais são grãos de luz e energia, balizas concretas que já delimitam as fronteiras do terceiro milênio, às portas.

A mentalidade subliminar que aflora, porém, claramente nestes sinais está prevalentemente voltada para o futuro. A verdade profunda do **HUMANO — mulher e homem —** só se exprime na prospeção do devir. **A história é mais futuro**, como projeto a ser realizado, do que passado, como memória útil para ensinamento. A vida que faz a história não é retorno. E a tarefa natural do homem é agir para transformar, pois a vida é compromisso contínuo de ativa libertação pessoal e social. Surgiu e agora se aprofunda e se desenvolve uma **nova relação entre teoria e práxis**. Na centralidade desta relação, no seu núcleo medular, está a primazia do futuro sobre o passado. Em semelhante clima cultural, será preciso acertar as contas e o passo no presente, ponta extrema do passado, para reencontrar as molas e os critérios do futuro que são congêntos ao Evangelho.

“Não fiquéis a lembrar **coisas passadas**. Não vos preocupeis com **acontecimentos antigos**. Eis que vou fazer uma coisa **NOVA**” (Is 43, 18-19). Não se pode imaginar este novo a partir do velho. Não é pretendendo voltar atrás que se vai à frente. **NOVO** na Evangelização é ir ao encontro do futuro que o passado não resolveu. Futuro é imprevisibilidade que só a Deus pertence. **Único instrumento adequado de acesso a Deus é a fé**. Por isso, fé em Deus porque Ele tanto pode fazer o ser não existir quanto fazer o não-ser existir (Rom 4, 17). Deus nos convoca para a geração deste **NOVO** possível na certeza inquebrantável da fé de alcançá-lo pelo poder de seu Cristo.

Mas o **NOVO** não é só futuro. O mesmo futuro nasce de uma releitura da memória do passado. O passado inalienável está sempre presente. Mesmo ultrapassado ainda atua sobre nós. Nisto se revela a dinâmica dialética da Evangelização que se quer **NOVA** (Mt 12, 35). Não viver **NO** passado. Seria aniquilar em nós o que há de supremo em nossa vida: o desejo de superação, a ânsia do infinito. Mas ter o passado como fonte motriz do calor presente e como inspiração e sentido prospectivo de um **MAIS ALÉM** do imediato espacial e temporal que a vida humana aguarda ansiosamente. O **NOVO**, para ter valor, necessita de raízes. O Evangelho não mudou. Por sua natureza específica, porém, aponta e sinaliza sempre um mais adiante. De início em início, pelo poder de Deus, vai rompendo barreiras e se **ALVORANDO** com luz sempre nova. É a força da PALAVRA que sempre se concretiza (Mt 28, 20). É o potencial salvífico infinito do mistério de Jesus Cristo. Experiência assustadora, inefável, fundamental para uma **NOVA Evangelização**.

Desejando-lhe **toda PAZ** — consigo, com o próximo, com Deus — e **todo BEM**, com exclusão de injustiça e da opressão hoje e sempre, ao seu inteiro dispor, com renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente,

PE. MARCOS DE LIMA, SDB

Redator-Responsável/Convergência